

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS

COM(93) 194 final

Bruxelas, 10 de Maio de 1993

RELATÓRIO DA COMISSÃO

Programa LINGUA

**RELATÓRIO DE
ACTIVIDADE 1992**

O presente relatório subdivide-se em três partes principais:

- a primeira, intitulada **SINTESE**, começa na página 5. Apresenta em poucas páginas uma síntese das actividades desenvolvidas pelo programa em 1992, no âmbito das acções descentralizadas e centralizadas, bem como dos programas interuniversitários de cooperação; as associações criadas, as línguas visadas pelos projectos e os orçamentos consagrados às diferentes medidas são igualmente evocados; esta primeira parte termina com uma breve análise da coerência do Programa LINGUA, do impacto exercido a nível comunitário e, por último, do seu acompanhamento e avaliação;
- a segunda, intitulada **DESENVOLVIMENTO**, principia na página 14. Começa por inscrever o Programa LINGUA no seu contexto, apresentando, seguidamente, para 1992, uma análise circunstanciada do funcionamento do programa e das diferentes acções que o compõem. Esta segunda parte presta igualmente informações sobre a gestão, o acompanhamento e a avaliação, bem como sobre a promoção do programa;
- a terceira, intitulada **CONCLUSÃO**, inicia-se na página 44. Colhe ensinamento das actividades realizadas pelo Programa LINGUA em 1992, põe novamente em destaque a mais valia gerada pelo programa e analisa as perspectivas futuras.

O índice encontra-se nas páginas 3 e 4.

Os anexos, que oferecem uma síntese estatística, podem ser consultados a partir da página 47.

ÍNDICE

	Pág.
SÍNTESE	5
DESENVOLVIMENTO	14
1. CONTEXTO	
1.1. IDENTIFICAÇÃO DO Programa LINGUA	14
1.2. OBJECTIVOS DO Programa LINGUA	14
2. Programa LINGUA:	
Características, desenvolvimento e resultados em 1992	16
2.1. Componentes operacionais	16
2.2. Acções descentralizadas	17
2.2.1. Bolsas de mobilidade e de formação	
para os professores de línguas (Acção IA)	17
a) definição e objectivos da acção	17
b) recapitulação dos dados relativos a 1991	17
c) desenvolvimento e resultados em 1992	17
2.2.2. Intercâmbios e visitas de jovens ao abrigo	
dos Projectos Educativos Conjuntos (Acção IV)	20
a) definição e objectivos da acção	20
b) recapitulação dos dados relativos a 1991	21
c) desenvolvimento e resultados em 1992	21
2.3. Acções centralizadas	24
2.3.1. Rede europeia dos PEC	
(Programas Europeus de Cooperação) (Acção IB)	24
a) definição e objectivos da acção	24
b) recapitulação dos dados relativos a 1991	24
c) desenvolvimento e resultados em 1992	24
2.3.2. Rede europeia dos PIC e mobilidade dos estudantes	
e dos professores do ensino superior	
(Programas Interuniversitários de Cooperação) (Acção II)	26
a) definição e objectivos da acção	26
b) recapitulação dos dados relativos a 1991	27
c) desenvolvimento e resultados em 1992	27
2.3.3. Línguas e vida económica (Acção III)	28
a) definição e objectivos da acção	28
b) recapitulação dos dados relativos a 1991	29
c) desenvolvimento e resultados em 1992	29

2.3.4. Medidas complementares	31
Primeira parte – Promoção dos objectivos do Programa LINGUA (acção VA)	31
a) definição e objectivos da acção	31
b) recapitulação dos dados relativos a 1991	31
c) desenvolvimento e resultados em 1992	31
Segunda parte – Materiais didácticos gerais para as línguas menos divulgadas e menos ensinadas (acção VB)	33
a) definição e objectivos da acção	33
b) recapitulação dos dados relativos a 1991	33
c) desenvolvimento e resultados em 1992	33
2.4. Orçamento	35
3. GESTÃO DO PROGRAMA	36
3.1. Processo de selecção em 1992	36
3.1.1. Acções centralizadas	36
3.1.2. Acções descentralizadas	36
3.2. Comité LINGUA	36
3.3. Agências nacionais LINGUA	37
3.4. Grupos de peritos	38
3.5. Assistência técnica	38
3.6. Relações com outros programas comunitários	39
4. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO	40
4.1. Acompanhamento, controlo e avaliação interna	40
4.1.1. Acompanhamento e controlo dos projectos	40
4.1.2. Avaliação interna do programa	41
4.2. Avaliação externa	42
5. INFORMAÇÃO E PROMOÇÃO	43
CONCLUSÃO	44
ANEXOS	47

SÍNTESE

O Programa LINGUA, programa de acção comunitário para a promoção qualitativa e quantitativa, nos doze Estados-membros, das onze línguas da Comunidade ensinadas ou aprendidas como línguas estrangeiras, foi adoptado pela Decisão 89/489/CEE do Conselho, de 28 de Julho de 1989, publicada no Jornal Oficial das Comunidades Europeias n.º L 239, página 24. Foi inicialmente previsto para um período de cinco anos, entre 1 de Janeiro de 1990 e 31 de Dezembro de 1994. O orçamento destinado à execução da primeira fase do programa foi estimado em 200 milhões de ECU.

O ano de 1990, dotado de um orçamento de 6 milhões de ECU, foi essencialmente um ano preparatório e o conjunto do programa, incluindo todas as acções, apenas em 1991 entrou na sua fase operacional. O ano de 1992 constitui, portanto, o segundo ano de funcionamento efectivo do Programa LINGUA.

Se os resultados de 1991 – ano que beneficiara de um orçamento total de 23 milhões de ECU – foram globalmente positivos prenunciando resultados mais encorajantes no futuro, o ano de 1992, com um orçamento de 38 milhões de ECU, veio fazer jus às promessas do ano anterior. Com efeito, o programa foi reforçado e desenvolvido, quantitativa e qualitativamente, em todos os sectores e acções.

Acções descentralizadas do programa

(administradas pelos Estados-membros em cooperação com a Comissão das Comunidades Europeias)

– O número das bolsas de mobilidade para a formação contínua dos professores de línguas decuplicou relativamente ao ano precedente. As bolsas permitiram, assim, no ano lectivo de 1991/92, graças a um orçamento total disponível de 5,6 milhões de ECU e a um montante geral médio das bolsas de cerca de 1 000 ECU (aproximando-se dos 1 500 ECU indicados na Decisão como montante máximo para o subsídio), que 5 255 professores beneficiassem de estágios de formação contínua no estrangeiro; em 1990/91, o número dos professores bolseiros havia sido de 516.

De um modo geral, com base nos relatórios transmitidos pelos beneficiários às agências nacionais designadas pelos Estados-membros, as bolsas não só deram aos professores a possibilidade de efectuar uma estada no estrangeiro no país cuja língua ensinam, o que para alguns deles constituía experiência ímpar, mas, sobretudo, permitiu-lhes melhorar sensivelmente não só a sua competência linguística, mas também a sua capacidade cultural e metodológica; puderam, assim, aumentar, através dos estágios que seguiram, a sua experiência profissional global e a sua competência específica como professores de línguas.

A decuplicação da participação dos professores prova, a um tempo, o interesse dos docentes envolvidos (uma vez que, em muitos Estados-membros, os pedidos de bolsas excederam largamente as possibilidades oferecidas pelos orçamentos) e a acção positiva conduzida pela Comissão e pelos Estados-membros em matéria de informação e de promoção da acção.

– Em 1992, os intercâmbios e as visitas de jovens, integrados em Projectos Educativos Conjuntos entre estabelecimentos de diferentes países, envolveram 17 891 estudantes e 1 829 professores, ou seja, um total de 19 720 participantes; no ano lectivo de 1991/92, o orçamento total disponível ascendia a 6 milhões de ECU e o montante geral médio das bolsas situou-se entre 250 e 300 ECU por participante; este financiamento destinava-se a cobrir um montante máximo de 50% (75% em certos casos) das despesas totais dos projectos, provindo os necessários fundos complementares de subvenções externas ao programa. Em comparação com os 4 335 estudantes e os 317 professores que participaram no ano lectivo de 1990/91, a mobilidade ao abrigo de um programa comunitário de formação abrangeu, em 1991/92, cerca do quádruplo dos jovens e do sêxtuplo dos professores acompanhadores.

É interessante verificar que cada vez mais projectos educativos conjuntos são genuinamente originais na escolha da temática de trabalho e que estes se orientam crescentemente para propostas que aliam a dimensão intercultural e a linguística. Entre muitos outros exemplos citam-se:

- o "Programa de Intercâmbio NIJMEGEN" que reúne seis Estados-membros numa rede de intercâmbios com a missão de promover, no âmbito de projectos bilaterais, a tolerância, a cooperação e a comunicação entre os jovens;
- uma acção conjunta entre estabelecimentos de dois Estados-membros no sentido de escrever, nas suas respectivas línguas, duas peças de teatro posteriormente montadas e apresentadas nos dois países;
- a construção em comum, por estabelecimentos de dois Estados-membros, de um "Infomobile" dotado de alimentação eléctrica autónoma permitindo-lhe deslocar-se para qualquer zona.

Nesta acção, tal como na precedente, o grande aumento dos participantes, apesar de alguns Estados-membros experimentarem ainda dificuldades em absorver a totalidade dos montantes globais que lhes foram concedidos, corresponde, por um lado, ao interesse acrescido dos estabelecimentos, dos professores e dos estudantes e, por outro, a uma eficaz campanha de promoção; cabe igualmente salientar que a possibilidade oferecida pelos Estados-membros aos estabelecimentos de ensino geral (embora dando, em certos casos, prioridade aos estabelecimentos de ensino profissional) de integrar Programas Educativos Conjuntos contribuiu decerto para o desenvolvimento da acção.

Acções centralizadas do programa

(administradas pela Comissão das Comunidades Europeias)

Em 1992, foram apresentados 369 projectos, envolvendo 1 419 parceiros, consagrados a:

- formação permanente de professores de línguas no âmbito de programas europeus de cooperação (PEC) (62 projectos),
- promoção do conhecimento das línguas na vida económica (170 projectos);
- desenvolvimento de materiais didácticos gerais para o ensino e a aprendizagem das línguas menos divulgadas e menos ensinadas na Comunidade (52 projectos);
- promoção dos objectivos do Programa LINGUA por associações ou organismos transnacionais (22 projectos);
- visitas de estudo ou visitas preparatórias à criação de programas europeus de cooperação (PEC) ou de projectos de promoção do conhecimento linguístico na vida económica (63 projectos).

Dessas 369 candidaturas, foram seleccionadas e subsidiadas 164 (ou seja, cerca de 45% dos projectos apresentados em 1992, representando quase o dobro de 1991). Essas 164 candidaturas implicavam 769 coordenadores e parceiros.

O aumento dos projectos financiados pelos fundos comunitários foi constatado de modo relativamente homogéneo em todas as acções e diz respeito, em particular, a:

- projectos orientados para a vida económica (86 grandes projectos subsidiados em 1992 contra 58 em 1991);
- materiais pedagógicos para as línguas menos divulgadas e menos ensinadas (23 projectos em 1992 contra 15 em 1991) ou acções de promoção dos objectivos do Programa LINGUA (14 em 1992 contra 8 em 1991).

Mas, atendendo à grande envergadura dos projectos considerados e à total novidade da noção de cooperação transnacional entre instituições de formação de formadores de línguas, a diferença mais significativa (mesmo se, em valor absoluto, os números ainda parecem modestos) refere-se aos programas europeus de cooperação, uma vez que o número de projectos financiados em 1992 é superior ao dobro dos projectos subsidiados em 1991 (25 grandes projectos em 1992 contra 12 em 1991).

De modo geral e cobrindo todas as acções centralizadas, o aumento do orçamento disponível em 1992 permitiu, independentemente do maior número de projectos subvencionados, um financiamento médio por projecto superior ao de 1991; com efeito, este financiamento médio aproximou-se, em 1992, dos 50% das despesas totais autorizadas pela decisão. Esse facto permitiu concretizar projectos verdadeiramente dignos de interesse e reduzir de forma sensível o número de projectos aceites que nunca teriam vindo à luz por falta de fundos comunitários.

Mas aquele aumento foi igualmente conseguido pela excelente qualidade da grande maioria das candidaturas apresentadas, considerando todos os sectores e acções. Esse manancial de bons projectos implicou, aliás, a necessidade, uma vez que nem todos puderam ser subvencionados, da constituição de uma lista de reserva a utilizar em caso de incumprimento por parte de certos projectos aprovados.

No atinente aos Programas Europeus de Cooperação (PEC), não restam dúvidas de que o aumento significativo dos projectos apresentados e a grande qualidade dos conteúdos de formação propostos e, em consequência, dos projectos que a Comissão decidiu apoiar, cabe, em grande parte, ao êxito do simpósio realizado em Veldhoven no fim de 1991.

Programas Interuniversitários de Cooperação (PIC)

(administrados pela Comissão das Comunidades Europeias com base nos PIC do programa ERASMUS)

Em 1992, foram apresentadas 232 candidaturas a programas interuniversitários de cooperação (PIC), 211 das quais foram aprovadas (contra 149 em 1991, ou seja, um aumento superior a 40%), graças a um orçamento de mais de 7 milhões de ECU que permitiu a mobilidade de 6 724 estudantes e 774 professores.

Esses 211 programas interuniversitários de cooperação (PIC) contaram com a participação de 972 parceiros de estabelecimentos de ensino superior. 48 desses programas versavam sobre o estudo das línguas menos divulgadas e menos ensinadas da Comunidade.

Associações

Em 1992, no âmbito das acções centralizadas do programa, foram criados grupos e redes transnacionais de peritos e de instituições a fim de desenvolver projectos integrados em todas as acções e sectores cobertos pelo Programa LINGUA, que congregaram mais de 1 742 parceiros.

Cabe sublinhar que as redes criadas estavam, globalmente, mais interessadas em problemas relacionados com o conteúdo da formação e com a qualidade dos produtos pedagógicos adaptados às necessidades comunitárias do que em questões suscitadas por meros incentivos à mobilidade física dos cidadãos europeus, mobilidade considerada, no presente contexto, mais como um meio do que como uma finalidade.

Se as universidades e os diversos departamentos e organismos de formação e de investigação universitária monopolizaram, como era previsível, as participações nos programas interuniversitários de cooperação (PIC), representaram igualmente cerca de 31% dos parceiros nas acções centralizadas interessadas na formação permanente dos professores de línguas, no desenvolvimento das competências linguísticas dos agentes da vida económica e na criação de materiais didácticos para a promoção das línguas menos divulgadas e menos ensinadas na Comunidade. As empresas e os organismos de formação profissional participaram em 30% dessas acções, os ministérios e as colectividades locais e territoriais em mais de 10% e os editores e distribuidores de materiais pedagógicos em cerca de 5%.

Línguas visadas

Nos projectos subvencionados ao abrigo das acções descentralizadas, o inglês, o francês e o alemão corresponderam ao maior número de candidaturas, visto que essas três línguas representavam as línguas procuradas por mais de 81% dos bolsiros de formação contínua. 68% das candidaturas a projectos educativos conjuntos abrangiam o Reino Unido, a França e a Alemanha, o mesmo ocorrendo com os programas interuniversitários de cooperação em que o inglês, o francês e o alemão ascendem a 77% das línguas visadas.

Esta situação, embora preocupante, não é todavia surpreendente na medida em que esses valores limitam-se a reflectir o lugar ocupado por essas línguas nos programas nacionais. A tendência geral num certo número de Estados-membros vai certamente no sentido do desenvolvimento e de uma oferta mais significativa das línguas menos divulgadas e menos ensinadas nesses programas; mas ainda é cedo para que tal tendência encontre eco nos hábitos e nas preferências dos beneficiários potenciais.

Todavia, a Espanha foi mais solicitada do que a Alemanha pelos bolsiros de formação contínua e a Dinamarca ocupa um dos lugares cimeiros entre os países visitados no âmbito dos projectos educativos conjuntos.

Além disso, a preponderância das línguas mais ensinadas e mais aprendidas na Comunidade é sensivelmente menos marcada nas acções centralizadas do programa em que a variedade das candidaturas apresentadas e a selecção operada pela Comissão fazem com que as três línguas mais divulgadas representem globalmente apenas 45% das línguas visadas por todos os projectos subvencionados.

As línguas menos ensinadas e menos divulgadas, com 55% das candidaturas, são, portanto, maioritárias, valor que é extremamente encorajador.

Orçamento

O orçamento total para 1992 ascendeu a 38 milhões de ECU, contra 23 milhões em 1991.

Esse orçamento foi utilizado como segue:

- Formação contínua de professores (bolsas individuais, subvenções a programas europeus de cooperação e visitas preparatórias):	8,52 milhões de ECU
- Mobilidade no ensino superior (subvenções a programas interuniversitários de cooperação e bolsas individuais):	7,53 milhões de ECU
- Línguas e vida económica (projectos relativos a auditorias linguísticas, materiais didácticos e visitas preparatórias):	7,02 milhões de ECU
- Mobilidade dos jovens de 16 a 25 anos (projectos educativos conjuntos):	8,40 milhões de ECU

- Medidas complementares (auxílios a associações, seminários, publicações e projectos relativos a materiais didácticos para as línguas menos ensinadas e menos divulgadas) : 1,85 milhões de ECU
- Gestão do Programa (assistência técnica e subvenções às agências nacionais) : 4,68 milhões de ECU

Total: 38 milhões de ECU

Coerência do Programa LINGUA

A experiência dos primeiros anos de funcionamento do Programa LINGUA tem demonstrado que uma promoção quantitativa e qualitativa eficaz do conhecimento das línguas estrangeiras tem de inscrever-se num conjunto coerente.

O problema da comunicação linguística numa comunidade multilingue é, à primeira vista, complexo porque os alvos e os objectivos são numerosos e, em aparência, muito diferentes. A solução parece todavia encontrar-se, em grande parte, na definição de políticas linguísticas a nível nacional e numa perspectiva comunitária coerente, as quais deveriam traduzir-se localmente por medidas concretas articuladas em torno de uma estratégia global.

O Programa LINGUA dispõe dessa coerência e aborda os problemas globalmente, o que lhe permite exercer um impacto efectivo na política aplicada pelos Estados-membros.

O Programa LINGUA (no qual os diferentes utilizadores e gestores do programa estão fortemente empenhados), que inclui um conjunto de medidas a realizar a nível comunitário voltadas, por um lado, para a mobilidade e, por outro, para os conteúdos e os materiais didácticos, as quais estão cimentadas por uma lógica interna e por uma grande interdependência, visa abordar globalmente os problemas linguísticos europeus e não pontualmente em função de necessidades identificadas aqui e ali.

Se a lógica e a interdependência das acções do programa parecem mais evidentes quando dizem respeito à formação dos professores e à mobilidade dos jovens (formandos, alunos do ensino secundário ou estudantes universitários), elas são igualmente patentes no que se refere às relações entre essas mesmas acções (e às estratégias que implicam) e as referentes à promoção das línguas na vida económica ou à realização de materiais didácticos.

Quanto à vida económica, apesar de dispor de estratégias e de meios próprios em matéria de formação dos trabalhadores em línguas estrangeiras, cabe igualmente definir essas estratégias e adaptar esses meios em função do acervo dos aprendentes, o qual depende, obviamente, da qualidade do ensino que lhes é ministrado e das possibilidades de mobilidade que lhes são oferecidas; ora este acervo é, na maioria dos casos, o resultado de uma aprendizagem escolar.

Quanto à realização de materiais didácticos, as relações entre os seus autores, especialistas em matéria de pedagogia linguística e, portanto, com grande frequência, professores ou ex-professores, a maneira como foram formados (inicialmente ou no âmbito de uma formação contínua) e a prática profissional são assaz evidentes para que não seja necessário fazer a sua demonstração.

É crucial que, nestes dois aspectos particularmente importantes do programa (línguas e vida económica e produção de material pedagógico), todas as forças concorram para tornar o ensino e a aprendizagem das línguas mais rentável e que as estratégias de aprendizagem mais eficazes se articulem para operar conjuntamente, desde o investigador em linguística teórica até ao especialista em linguística aplicada, desde o pedagogo até ao responsável, não linguista, de formação na empresa até ao utilizador final dos produtos elaborados, desde o psicolinguista até ao formador de formadores, desde o especialista no domínio audiovisual até ao especialista no domínio da informática, desde o perito em técnicas de

mobilidade até ao especialista do sector intercultural. A força e a competência de cada uma das componentes desta sinergia e a possibilidade e a facilidade de colaboração serão os garantes do êxito da acção da Comissão nesses sectores.

É igualmente decisivo que todas essas forças devotadas a uma actividade conjunta no âmbito de um programa global e coerente tenham, no futuro, a possibilidade de prosseguir a sua cooperação para o bem comum.

Impacto do Programa LINGUA

As repercussões do programa são agora quantificáveis de modo significativo no âmbito das acções descentralizadas relativas à mobilidade dos professores e dos jovens como provam os valores indicados (ver 'Acções descentralizadas do programa', nas páginas 5 e 6 do presente relatório).

Tais repercussões são igualmente quantificáveis no âmbito das acções centralizadas que versam sobre o conteúdo da formação contínua dos professores, as línguas no sector do ensino superior e os projectos destinados à vida económica ou ao grande público; o que é válido particularmente para as associações criadas que reúnem centenas de instituições e milhares de pessoas, pouco ou nada habituadas a trabalhar em conjunto e que, graças ao programa, puderam lançar-se numa cooperação activa. Mais uma vez, os números testemunham tal facto (ver 'Acções centralizadas do programa' e 'Programas interuniversitários de cooperação', nas páginas 6 e 7 do presente relatório).

De momento, é mais difícil avaliar essas repercussões em termos qualitativos.

No que se refere às acções descentralizadas, foram distribuídos pelos participantes questionários preparados pela Comissão e pelos representantes de cada país; no momento em que foram distribuídos, atingiram cerca de 50% da totalidade dos professores e dos jovens interessados pelas acções em 1992.

Esses questionários foram preenchidos e devolvidos à Comissão, por intermédio das estruturas nacionais de gestão do programa, no início de 1993. Os resultados da recolha e do tratamento informático dos elementos de informação fornecidos nesses questionários e a sua análise qualitativa serão divulgados no final do primeiro semestre de 1993.

Quanto às acções centralizadas e aos materiais didácticos por elas gerados, começam a agora a surgir os primeiros resultados dos projectos subsidiados pelo programa. Com efeito, a quase totalidade dos relatórios respeitantes ao final da primeira fase dos primeiros projectos financiados pelo Programa LINGUA e, por consequente, os módulos e os produtos estão previstos para o princípio de 1993 para serem lançados no mercado ao longo de 1993, pelo que um estudo sério do seu impacto na Comunidade só poderá ter início a partir de 1994.

No entanto, os primeiros resultados recolhidos pela Comissão com base nos primeiros relatórios intercalares indicam uma relação custo-benefício particularmente interessante. Com efeito,

- . a envergadura da maioria dos projectos,
- . o grande número, a diversidade e a qualidade das associações geradas,
- . o seu grande efeito multiplicador (por força da utilização, em grande número deles, das novas tecnologias educativas que permitem um emprego e uma divulgação óptimas, bem como da amplitude das redes nacionais ou transnacionais criadas nas quais se integram alguns dos membros das equipas),
- . a mais valia comunitária introduzida (a grande maioria dos materiais em curso de realização tinham poucas possibilidades de ser produzida sem a intervenção da Comissão e dos fundos complementares oferecidos pelo Programa LINGUA), dão provas convincentes da justeza dos métodos aplicados.

A partir de 1993, a Comissão poderá começar a avaliar circunstanciadamente o impacto dos primeiros programas europeus de cooperação em matéria de formação contínua dos professores cujos relatórios

A partir de 1993, a Comissão poderá começar a avaliar circunstanciadamente o impacto dos primeiros programas europeus de cooperação em matéria de formação contínua dos professores cujos relatórios finais da primeira fase foram apresentados na quase totalidade durante o primeiro trimestre de 1992; no entanto, abrangendo a maioria dos projectos um período de três anos, os primeiros módulos ou produtos de formação apenas estarão disponíveis para divulgação depois de 1993.

Apesar de, em 1991, os programas europeus de cooperação terem sido em número limitado, os relatórios finais da primeira fase atestam já a sua eficácia.

À semelhança dos projectos relativos aos materiais didácticos já evocados,

- . o seu alcance,
- . as associações estabelecidas,
- . o seu grande efeito multiplicador (por força do seu impacto, a muito curto prazo, em milhares de professores que efectuam acções de mobilidade na Comunidade ao abrigo das bolsas de formação contínua concedidas pelo Programa LINGUA e são utilizadores potenciais de produtos gerados por esses projectos),
- . a mais valia evidente, em termos quantitativos e qualitativos, que oferecem às instituições especializadas no que se refere à cooperação transnacional (que, sem o programa, teriam continuado a não se conhecer e a trabalhar isoladamente, nos respectivos países, regiões e sectores), e as bases lançadas para o estabelecimento de uma grande rede transnacional de formação contínua dos professores de línguas, transformam desde já estes programas em exemplos privilegiados de uma relação custo-benefício muito positiva.

Para fazer uma ideia dos tipos de projectos apoiados pela Comissão no âmbito das acções centralizadas do programa e do seu impacto potencial na Comunidade, deverão ser consultados os dois compêndios de projectos LINGUA aceites em 1991 e em 1992; o compêndio de 1991 está disponível há quase um ano; o de 1992 estará disponível em Abril de 1993.

Quanto ao impacto geral do programa sobre a política linguística dos Estados-membros, este poderá ser avaliado de forma mais precisa após a recepção e a análise dos relatórios que aqueles deverão fornecer, a pedido da Comissão, no primeiro semestre de 1993. Estes relatórios permitirão igualmente à Comissão dar conta ao Conselho da experiência adquirida ao longo da execução do programa no final do segundo ano da sua fase operacional, em conformidade com o disposto no artigo 13º da decisão do Conselho de 28 de Julho de 1989.

Convém, no entanto, sublinhar que o programa foi já objecto de um debate no Conselho de Ministros, em 1 de Junho de 1992 versando essa troca de opiniões particularmente sobre a questão os obstáculos administrativos ao desenvolvimento do programa e os problemas relacionados com a diversificação linguística.

No atinente aos obstáculos administrativos, foram evocados, mais precisamente, o problema da disponibilidade dos professores para estágios de formação contínua durante o ano lectivo e a sua substituição durante esses estágios, bem como o problema da integração, no âmbito de programas escolares dos estabelecimentos participantes, de projectos educativos conjuntos destinados aos jovens de 16 a 25 anos, do trabalho que implicam e das visitas ou intercâmbios que geram.

No que diz respeito à diversificação linguística, o Conselho constatou as dificuldades em realizar este objectivo; tomou igualmente nota do facto de, nos programas escolares, o ensino de duas línguas estrangeiras não ser obrigatório em todos os Estados-membros e de os esforços estarem em geral concentrados nas línguas mais divulgadas.

Na expectativa dos relatórios sobre a avaliação e a eficácia do programa previstos para 1993, o Conselho encarregou o Comité da Educação de acompanhar a evolução da situação.

Seguimento e avaliação

Em aditamento ao acompanhamento dos projectos e à avaliação interna efectuados regularmente pela Comissão por meio de relatórios, manifestações de reflexão e de coordenação, reuniões em Bruxelas e visitas locais, a Comissão lançou, em 1992, um concurso para a avaliação externa do programa, das suas estruturas e das suas incidências nos doze Estados-membros. O relatório final dessa avaliação está previsto para o corrente do segundo semestre de 1993.

Programa LINGUA

DESENVOLVIMENTO QUANTITATIVO E QUALITATIVO DA COMPETÊNCIA LINGUÍSTICA NA EUROPA

através de

- generalização da prática das línguas estrangeiras
- apoio à promoção de todas as línguas da Comunidade
- integração das línguas estrangeiras nos programas universitários
- aperfeiçoamento da competência dos professores de línguas
- promoção das línguas estrangeiras na vida económica
 - incentivo à inovação metodológica
- apoio a programas de intercâmbio de jovens
assente em projectos pedagógicos

Programa LINGUA em 1992

Recapitulação de alguns dados importantes

*** As acções descentralizadas do programa permitiram:**

- a **5 257 professores** seguir um estágio de formação contínua no país cuja língua ensinam (o décuplo de 1991);
- a **19 720 pessoas** participar em projectos educativos conjuntos (o quíntuplo de 1991) por intermédio de mais de novecentas associações de estabelecimentos de ensino dos doze Estados-membros.

*** As acções centralizadas do programa permitiram:**

- a **mais de 1 742 instituições parceiras** de todos os Estados-membros da Comunidade começar ou continuar a trabalhar em projectos subsidiados pela Comissão;
- a **164 associações**, reunindo **769 instituições diferentes** (o dobro de 1991), a cooperar no desenvolvimento e na promoção, através de projectos ambiciosos e de grande efeito multiplicador, da formação contínua dos professores de línguas e da competência linguística utilizada nas relações profissionais e na vida económica em geral;
- a **quase 55%** do número total das línguas visadas pelos projectos propostos para essas 164 associações pertencer às línguas menos divulgadas e menos ensinadas da Comunidade;
- a **211 programas interuniversitários de cooperação** (mais 40% que em 1991), reunindo **972 instituições**, funcionar, possibilitando a mobilidade de **6 724 estudantes e 774 professores**.

*** Incluindo todos os projectos centralizados:**

- as **instituições universitárias** representaram cerca de 70% dos parceiros envolvidos.

*** Excluindo os programas interuniversitários de cooperação:**

- as **instituições universitárias** representaram mais de 31% das associações e as **empresas, as organizações profissionais e os organismos de formação profissional** cerca de 30%.

1. CONTEXTO

1.1. Identificação do Programa LINGUA

O Programa LINGUA, adoptado em 28 de Julho de 1989, sob proposta da Comissão, para um período de cinco anos, a partir de 1 de Janeiro de 1990, com um orçamento estimado de 200 milhões de ECU, resulta de uma longa reflexão encetada em 1976.

Nas reuniões realizadas em Estugarda, em Julho de 1983, em Fontainebleau, em Junho de 1984, e em Milão, em Junho de 1985, essa reflexão conduziu os responsáveis a adoptar conclusões estipulando que as línguas se inscrevem na esfera de competência comunitária e a salientar, no quadro das declarações sobre a união europeia, a necessidade de a Comunidade melhorar a competência linguística dos seus cidadãos.

Essa reflexão foi alimentada, inter alia, pelas declarações de todos os que trabalham na construção europeia; com efeito, estes têm manifestado regular e abertamente a sua preocupação em salvaguardar e promover a identidade cultural de cada uma das componentes da Comunidade e de cada um dos seus cidadãos. Porque as línguas constituem um dos meios privilegiados de expressão da cultura dos povos e dos indivíduos, a preservação do ambiente cultural europeu e a manutenção de uma genuína diversidade cultural passam necessariamente pela defesa do multilinguismo do conjunto, para que todas as línguas comunitárias possam coabitar em harmonia, e pela promoção do plurilinguismo dos cidadãos, no intuito de dar a cada um os meios de conhecer uma ou várias línguas estrangeiras para além da língua materna.

A reflexão foi igualmente alimentada pela convicção de que o aumento da competência linguística dos europeus, visando auxiliar os cidadãos a ultrapassar as dificuldades que entravam a sua capacidade de comunicar, constitui uma das chaves da realização dos objectivos comunitários e, em particular, deverá facilitar a realização do mercado interno e, nesse contexto, contribuir para a liberdade de circulação das pessoas, dos bens, dos serviços e dos capitais.

1.2. Objectivos do Programa LINGUA

O artigo 4º da decisão de 28 de Julho de 1989 estipula que:

– "O objectivo principal do Programa LINGUA é promover uma melhoria quantitativa e qualitativa do conhecimento de línguas estrangeiras, a fim de desenvolver as aptidões em matéria de comunicação no interior da Comunidade. Com esse fim, o Programa LINGUA facultará a possibilidade de apoiar e completar, através de medidas a nível comunitário, as políticas e acções dos Estados-membros com esse objectivo."

O artigo 5º, pela sua parte, insiste nos aspectos relacionados com a subsidiariedade e a complementaridade, sublinhando que o programa visa "facilitar a execução das políticas que os Estados-membros adoptem e apliquem no âmbito das suas estruturas internas e das características e possibilidades dos respectivos sistemas educativos e de formação" que tendem para esse objectivo principal.

Além disso, esse artigo enuncia mais circunstanciadamente o objectivo principal e precisa os objectivos específicos seguintes:

- generalizar a prática de línguas estrangeiras:
"incentivar todos os nacionais a adquirir um conhecimento prático de línguas estrangeiras";
- contribuir para a promoção de todas as línguas da Comunidade:
"multiplicar as possibilidades de ensino e estudo de línguas estrangeiras na Comunidade e, em especial, incentivar o conhecimento das línguas estrangeiras menos divulgadas e menos ensinadas";
- integrar as línguas estrangeiras no maior número possível de programas universitários:
"promover oportunidades para que os estudantes universitários possam combinar o estudo de línguas estrangeiras com o das disciplinas principais dos seus cursos, atribuindo a esse estudo um lugar reconhecido nos exames, diplomas ou outras qualificações";
- aperfeiçoar a competência dos professores de línguas estrangeiras:
"elevar o nível do ensino de línguas estrangeiras através de uma melhor formação inicial e contínua dos docentes e formadores em línguas estrangeiras, multiplicando as possibilidades de beneficiarem, nomeadamente, de uma preparação adequada no estrangeiro";
- promover as línguas estrangeiras na vida económica:
"encorajar os empregadores e as organizações profissionais a promover a formação em línguas estrangeiras dos trabalhadores, a fim de se obter um máximo de vantagens do mercado interno, nomeadamente no que respeita às necessidades das pequenas e médias empresas e das regiões periféricas e menos desenvolvidas da Comunidade";
- incentivar a inovação metodológica:
"promover inovações na metodologia da formação em línguas estrangeiras e na exploração das tecnologias da comunicação utilizadas para essa formação".

As informações recolhidas junto dos Estados-membros no termo da primeira fase de funcionamento do programa fazem ressaltar claramente que a prossecução desses objectivos exerceu já uma influência manifesta na política linguística e que o impacto do programa começa verdadeiramente a fazer-se sentir.

Quatro exemplos vêm imediatamente ao espírito para ilustrar tal afirmação, não havendo a pretensão de que sejam exaustivos e representando apenas uma fracção diminuta das medidas ou disposições que neste ou naquele Estado-membro foram inspiradas pelo Programa LINGUA:

- . a integração obrigatória e quase sistemática das línguas em todos os programas de ensino secundário ou profissional;
- . o leque mais amplo de línguas oferecidas aos alunos ou aos estudantes nos estabelecimentos de ensino;
- . a integração cada vez mais frequente das línguas nos programas universitários não linguísticos;
- . a generalização, na maioria dos Estados-membros, do ensino precoce das línguas.

2. Programa LINGUA: CARACTERÍSTICAS, DESENVOLVIMENTO E RESULTADOS EM 1992

2.1. Componentes operacionais

Para realizar os objectivos que lhe foram fixados, o Programa LINGUA dispõe de cinco acções com características comuns: por um lado, visam promover, neste ou naquele nível, neste ou naquele sector, deste ou daquele modo, o conhecimento das onze línguas comunitárias estudadas ou ensinadas como línguas estrangeiras; por outro, implicam associações transnacionais com os Estados-membros onde as línguas visadas pelos projectos são faladas e ou uma acção de mobilidade nesses países e, por último, face a projectos de qualidade similar e sempre que os fundos orçamentais imponham o estabelecimento de prioridades, dão preferência às línguas menos divulgadas e menos ensinadas.

Essas cinco acções, nos termos descritos no anexo da decisão do Conselho, são as seguintes:

- Acção I: Medidas para a promoção da formação contínua dos professores de línguas estrangeiras
- Acção II: Medidas para a promoção da aprendizagem de línguas estrangeiras na universidade e, nomeadamente, para o desenvolvimento da formação inicial de professores de línguas estrangeiras
- Acção III: Medidas destinadas a promover o conhecimento das línguas estrangeiras utilizadas nas relações profissionais e na vida económica
- Acção IV: Medidas para a promoção do desenvolvimento do intercâmbio de jovens seguindo uma educação profissional, especializada ou técnica, na Comunidade
- Acção V: Medidas complementares, em particular as destinadas a promover a inovação nos métodos de ensino das línguas estrangeiras

A despeito de uma aparente heterogeneidade num plano superficial, as cinco acções do programa estão intimamente ligadas, são muito interdependentes e põem em cena em condições de sinergia todos os actores indispensáveis a uma promoção eficaz das competências linguísticas dos europeus; a complementaridade da concepção e dos respectivos conteúdos e bem assim dos executantes conferem coerência global ao programa.

Em termos de administração as cinco acções inscrevem-se em duas categorias diferentes: as acções descentralizadas e as acções centralizadas.

A primeira parte da Acção I (respeitante às bolsas de mobilidade para os professores cuja actividade regular é o ensino de línguas estrangeiras, a qualquer nível de ensino ou de formação, com excepção do universitário) e a Acção IV são descentralizadas, isto é, são globalmente administradas pelos Estados-membros em cooperação com a Comissão. As orientações gerais que regem essas acções e o montante global que lhes é atribuído são todavia decididos pela Comissão com a assistência do Comité LINGUA.

A segunda parte da Acção I (respeitante à realização de programas europeus de cooperação para melhoria da formação contínua dos professores de línguas), bem como as acções II, III e V são centralizadas, isto é, são administradas pela Comissão. A semelhança das acções descentralizadas, as orientações gerais que regem essas acções e o montante global que lhes é atribuído são decididos pela Comissão com a assistência do Comité LINGUA.

2.2. Acções descentralizadas

2.2.1. Bolsas de mobilidade e de formação para os professores de línguas (Acção IA)

a) definição e objectivos da acção

A Acção IA visa elevar o nível do ensino de línguas estrangeiras na Comunidade promovendo a formação contínua dos professores e multiplicando as possibilidades oferecidas de beneficiarem de uma preparação adequada no estrangeiro.

Com o apoio das bolsas do Programa LINGUA, os professores de línguas estrangeiras têm a possibilidade de aumentar os seus conhecimentos profissionais, tanto linguísticos como culturais e metodológicos, nomeadamente seguindo estágios de formação contínua ou períodos de experiência profissional num Estado-membro em que seja falada a língua que ensinam.

Uma das prioridades dessa acção é favorecer a diversificação da oferta do ensino de línguas estrangeiras de forma a alargar o seu leque às línguas menos divulgadas e menos ensinadas incentivando os professores interessados no ensino e na aprendizagem dessas línguas a seguir estágios nos países em que essas línguas são faladas.

b) recapitulação dos dados relativos a 1991

No relatório de actividade de 1991, os valores fornecidos pelos Estados-membros indicavam que 516 professores tinham beneficiado de bolsas.

Uma análise dos dados transmitidos pelos Estados-membros referentes a esses 516 participantes mostra que 0,23% foram para a Bélgica, 0,23% para a Dinamarca, 11,35% para a Alemanha, 0,47% para a Grécia, 16,79% para Espanha, 15,60% para França, 0,47% para a Irlanda, 2,13% para a Itália, 2,37% para os Países Baixos, 1,19% para Portugal e 49,17% para o Reino Unido; o Luxemburgo não foi indicado como destino por nenhum professor.

c) desenvolvimento e resultados em 1992

(ver igualmente os dados estatísticos constantes dos anexos 1 e 2 no final do presente relatório)

– Em 1992, o número de bolseiros decuplicou, uma vez que 5 257 professores beneficiaram de subvenções ao abrigo do Programa LINGUA.

O quadro 1 infra apresenta, em percentagem, a distribuição desses professores em função dos países de acolhimento (ver igualmente o anexo 1 – resumo estatístico – no final do relatório) e permite uma comparação com os valores apresentados em 1991; esta última série de números é dada a título puramente indicativo, convindo não tirar conclusões precipitadas uma vez que, sendo os participantes em 1992 muito mais numerosos do que em 1991, estar-se-á a comparar volumes muito diferentes.

Verificam-se, todavia, algumas alterações e, também, certas constantes.

Quando o número de projectos aumenta, o peso do Reino Unido baixa ligeiramente (6,56%), embora esse país permaneça à cabeça uma vez que foi o destino escolhido por cerca de metade dos professores para seguir um estágio de formação; a percentagem sofre agravamento ao aditar a percentagem dos professores que foram para a Irlanda; com efeito, tudo leva a crer que esses professores não terão seguido um estágio em língua irlandesa mas, na grande maioria, em língua inglesa.

A França vem em segundo lugar com uma percentagem muito menor; a Espanha, pelo segundo ano consecutivo, ultrapassou sensivelmente a Alemanha; a Itália melhorou igualmente a sua percentagem (mais 68% que em 1991), apesar de estar muito aquém dos quatro "grandes"; mas, atendendo que o número global de participantes é, no ano em apreço, muito mais importante, o resultado é encorajante.

O dinamarquês, o grego, o neerlandês e o português totalizaram 1,45% das candidaturas.

Esse valor percentual deve ser creditado ao Programa LINGUA que permitiu a deslocação de uma centena de professores à Dinamarca, à Grécia, aos Países Baixos e a Portugal para aí seguir estágios que, sem o apoio comunitário, não teriam sido levados a cabo. A dinâmica parece ter tendência para crescer prevendo-se que as candidaturas relativas às línguas menos divulgadas e menos ensinadas sejam mais numerosas nos meses e nos anos próximos.

1991			1992		
Países de acolhimento	%	Posição	Posição	%	Países de acolhimento
B	00.23	10	9	00.40	B
DK	00.23	10	11	00.08	DK
D	11.35	4	4	08.51	D
GR	00.47	8	7	00.67	GR
E	16.79	2	3	10.98	E
F	15.60	3	2	26.94	F
IRL	00.47	8	6	02.17	IRL
I	02.13	6	5	03.59	I
L	00.00	12	12	00.02	L
NL	02.37	5	8	00.55	NL
P	01.19	7	10	00.15	P
UK	49.17	1	1	45.94	UK

Quadro 1 - Acção LA
Mobilidade dos professores - Países de acolhimento - Comparação dos dados relativos
a 1991 e a 1992

– Os montantes orçamentais concedidos pela Comissão, por Estado-membro, a título dos contratos que abrangem os exercícios de 1991/92 e 1992/93 foram os seguintes:

(N.B.: convém notar que as acções descentralizadas do programa não funcionam em anos civis, mas em anos lectivos; financiam, assim, projectos que decorrem no período entre 1 de Agosto de um ano e 31 de Julho do ano seguinte; essas datas podem, todavia, variar em função dos Estados-membros. No que se refere ao relatório de actividade em apreço, são considerados os projectos que abarcam parte de 1991 e de 1992, os quais foram financiados pelo orçamento de 1991 (a título indicativo: o relatório de actividade do Programa LINGUA em 1991 indicava valores referentes a projectos executados em 1990/91 e financiados pelo orçamento de 1990). O orçamento de 1992 será utilizado no ano lectivo de 1992/93; os montantes colocados à disposição dos Estados-membros no âmbito do orçamento de 1992 são indicados no quadro 2A, para informação e comparação com 1991).

(em ECU)

País	Orçamento	País	Orçamento	País	Orçamento
Bélgica	176080	Espanha	495238	Luxemburgo	21427
Dinamarca	89543	França	689303	Países Baixos	173509
Alemanha *	2071253	Irlanda	62554	Portugal	164940
Grécia	155088	Itália	912436	Reino Unido	588629

(* incluindo a subvenção excepcional a favor dos cinco novos Estados federados)

Quadro 2 – Acção IA – Orçamento por Estado-membro em 1991/92

(em ECU)

País	Orçamento	País	Orçamento	País	Orçamento
Bélgica	277610	Espanha	783926	Luxemburgo	39923
Dinamarca	137670	França	1059587	Países Baixos	275500
Alemanha	1739598	Irlanda	106728	Portugal	270578
Grécia	255107	Itália	1107406	Reino Unido	946369

Quadro 2A – Acção IA – Orçamento por Estado-membro em 1992/93

– Os fluxos de professores enviados e recebidos, por Estado-membro, são indicados no quadro 3 infra (ver igualmente o anexo 1 – resumo estatístico – no final do relatório). Numa leitura do quadro verifica-se que, entre os Estados-membros de língua mais divulgada e mais ensinada, o Reino Unido e a França receberam mais professores do que enviaram. A Alemanha, pela sua parte, inverteu completamente a tendência enviando um número de professores superior ao quádruplo daquele que recebeu. Apenas a Espanha está em quase equilíbrio. Quanto aos Estados-membros de língua menos divulgada, a Dinamarca e Portugal enviaram 18 a 25 vezes mais professores do que receberam, os Países Baixos o quádruplo e a Itália o triplo.

País	Professores enviados	Professores recebidos	País	Professores enviados	Professores recebidos
Bélgica	202	21	Irlanda	72	114
Dinamarca	98	4	Itália	613	189
Alemanha	2312	447	Luxemburgo	19	1
Grécia	73	35	Países Baixos	121	29
Espanha	460	577	Portugal	1 44	8
França	480	1416	Reino Unido	663	2414

Quadro 3 – Acção IA – Fluxos de entradas e saídas

– Através das bolsas de mobilidade, a Acção IA do Programa LINGUA ofereceu certamente ocasião a um número não despreciable de professores de uma experiência europeia à qual não teriam tido acesso sem o programa; puderam, assim, melhorar *in loco* os seus conhecimentos profissionais e viver a experiência cultural dos países cuja língua ensinam. Esta acção contribui igualmente para desenvolver e consolidar uma rede de contactos no estrangeiro entre estabelecimentos de ensino, rede essa que contribuirá grandemente para a criação de novos projectos educativos conjuntos no âmbito da Acção IV do programa.

– Os problemas administrativos colocados por esta acção e evocados no Conselho de Ministros de 1 de Junho de 1992 (ver 'Impacto do Programa LINGUA', nas páginas 10 e 11) não parecem, em 1992, ter entravado a evolução das candidaturas a estágios.

2.2.2. Intercâmbios e visitas de jovens: projectos educativos conjuntos (Acção IV)

a) definição e objectivos da acção

A acção visa promover a participação de jovens de 16 a 25 anos que seguem uma formação de carácter especializado, técnico ou profissional em programas de intercâmbio assentes em projectos pedagógicos designados por projectos educativos conjuntos.

A decisão dispõe, no entanto, que cabe a cada Estado-membro definir a noção de formação de carácter especializado, técnico ou profissional e restringir ou alargar o respectivo âmbito de aplicação. Os doze Estados-membros decidiram dar à decisão uma interpretação mais ampla e incluir os estabelecimentos do ensino geral secundário.

Os intercâmbios em matéria de educação têm por objectivo contribuir para a melhoria das capacidades de comunicação dos jovens e para o aumento da motivação dos participantes para adquirirem conhecimentos práticos em línguas estrangeiras; quando os projectos implicam países de línguas menos divulgadas e menos ensinadas, é desejável que os participantes possam atingir um nível mínimo de conhecimentos na língua do país de acolhimento e, eventualmente, adquirir o vocabulário técnico indispensável relacionado com o tema da actividade. Esses objectivos são alcançados pela criação de projectos pedagógicos cuidadosamente preparados previamente à visita ou ao intercâmbio totalmente integrados nas actividades escolares dos participantes; esses projectos podem ser de natureza técnica ou cultural, embora devam integrar uma forte componente linguística.

b) recapitulação dos dados relativos a 1991

No relatório de actividade de 1991, os valores fornecidos pelos Estados-membros indicavam que 4 018 jovens tinham beneficiado de bolsas cobrindo, em geral, 50% no máximo das despesas totais dos projectos.

Uma análise dos dados transmitidos pelos Estados-membros referentes a 3 754 desses 4 018 participantes mostra que 1,97% foram para a Bélgica, 4,40% para a Dinamarca, 8,63% para a Alemanha, 1,84% para a Grécia, 5,91% para Espanha, 12,79% para França, 3,30% para a Irlanda, 6,05% para a Itália, 0,53% para os Países Baixos, 4,26% para Portugal e 50,32% para o Reino Unido; o Luxemburgo não foi indicado como destino por nenhum jovem.

c) desenvolvimento e resultados em 1992

(ver igualmente os dados estatísticos constantes dos anexos 3 e 4 no final do presente relatório)

– Em 1992, o número de beneficiários foi praticamente o quádruplo, uma vez que foram levados a cabo 911 projectos, reunindo 17 891 jovens e 1 829 professores, totalizando 19 720 pessoas, ao abrigo de uma bolsa do Programa LINGUA. Além disso, foram financiadas 811 visitas preparatórias.

O quadro 4 infra apresenta, em percentagem, a distribuição desses jovens em função dos países de acolhimento (ver igualmente o anexo 3 – resumo estatístico – no final do relatório) e permite uma comparação com os valores apresentados em 1991; à semelhança da Acção IA, esta última série de números é dada a título puramente indicativo, convindo não tirar conclusões precipitadas uma vez que, sendo os participantes em 1992 muito mais numerosos do que em 1991, estar-se-á a comparar volumes muito diferentes.

1991			1992		
País de acolhimento	%	Posição	Posição	%	País de acolhimento
Bélgica	01.97	9	7	03.39	Bélgica
Dinamarca	04.40	6	6	05.61	Dinamarca
Alemanha	08.63	3	3	08.74	Alemanha
Grécia	01.84	10	11	01.40	Grécia
Espanha	05.91	5	4	07.85	Espanha
França	12.79	2	2	21.42	França
Irlanda	03.30	8	8	02.80	Irlanda
Itália	06.05	4	5	07.13	Itália
Luxemburgo	00.00	12	12	00.21	Luxemburgo
Países Baixos	00.53	11	9	02.15	Países Baixos
Portugal	04.26	7	10	01.42	Portugal
Reino Unido	50.32	1	1	37.88	Reino Unido

Quadro 4 – Acção IV
Mobilidade dos jovens – Países de acolhimento – Comparação dos dados de 1991 e 1992

Neste caso cabe igualmente apresentar um certo número de observações.

Quando a participação se torna mais significativa e que a amostragem passa, consequentemente, a ser mais pertinente, o Reino Unido vê a sua percentagem diminuir (24,72% em comparação com 1991) enquanto para a França, pelo contrário, esta aumenta (67,47% em comparação com 1991). Estes dois países acolhem mais de 59% dos participantes em projectos educativos conjuntos.

A Alemanha, a Espanha e a Itália vêm muito depois, embora acolham, com percentagens muito semelhantes, cerca de 24% do número total de participantes.

Quanto às quatro línguas menos divulgadas do programa (para além do irlandês e do luxemburguês), o dinamarquês, o grego, o neerlandês e o português totalizam quase 11%; este valor permanece baixo, embora seja encorajante. Considerando o leque das línguas principais oferecidas nos programas escolares dos Estados-membros, o Programa LINGUA pode regozijar-se pela contribuição dada em termos de acesso dos Estados-membros com línguas menos divulgadas e menos ensinadas aos jovens europeus; com efeito, mesmo se o impacto continua, de momento, limitado, é evidente que seria nulo sem o contributo do Programa LINGUA; a tendência foi lançada, importa que se consolide.

O caso da Dinamarca é assaz interessante uma vez que este país atraiu 5,61% do número total dos participantes, valor que traduz a influência que os países escandinavos continuam a exercer nos outros Estados-membros e, em particular, nos países mediterrâneos. Apesar de o dinamarquês não ter sido a língua principal de comunicação nas visitas e nas sessões de trabalho, os relatórios de estágio demonstram que uma parte do tempo foi reservada a um primeiro contacto dos participantes com uma língua certamente pouco conhecida e pouco praticada na Europa.

– Os montantes orçamentais concedidos pela Comissão, por Estado-membro, a título dos contratos que abrangem os exercícios de 1991/92 e 1992/93 foram os seguintes:

(N.B.: ver na página 19 a observação preliminar no parágrafo relativo aos montantes orçamentais destinados à Acção IA; as verbas colocadas à disposição dos Estados-membros no âmbito do orçamento de 1992 são indicadas no quadro 5A, para informação e comparação com 1991).

(em ECU)

País	Orçamento	País	Orçamento	País	Orçamento
Bélgica	159707	Espanha	749280	Luxemburgo	26712
Dinamarca	102111	França	721006	Países Baixos	254478
Alemanha *	1807423	Irlanda	89544	Portugal	276471
Grécia	226204	Itália	803226	Reino Unido	783838

(* incluindo a subvenção excepcional a favor dos cinco novos Estados federados)

Quadro 5 – Acção IV – Orçamento por Estado-membro em 1991/92

País	Orçamento	País	Orçamento	País	Orçamento
Bélgica	241753	Espanha	1179376	Luxemburgo	41807
Dinamarca	149012	França	1098546	Países Baixos	390650
Alemanha *	1622662	Irlanda	135399	Portugal	394053
Grécia	363423	Itália	1552893	Reino Unido	1230426

Quadro 5A - Acção IV - Orçamento por Estado-membro em 1992/93

- Os fluxos de jovens enviados e recebidos, por Estado-membro, constam do quadro 6 *infra* (ver igualmente o anexo 1 - resumo estatístico - no final do presente relatório). Verifica-se, ao analisar este quadro que a maioria dos Estados-membros de grandes dimensões (Alemanha, Espanha, França, Itália) enviaram mais jovens do que aqueles que receberam. Apenas o Reino Unido constitui excepção a esta regra com cerca de três vezes menos jovens britânicos enviados do que jovens recebidos de outros Estados-membros. Os países mais pequenos, pelo contrário, acolheram mais jovens do que aqueles que enviaram, com excepção dos Países Baixos (três vezes mais jovens neerlandeses enviados do que jovens recebidos de outras nacionalidades). A Grécia e Portugal apresentam praticamente tantas entradas como saídas.

País	Jovens enviados	Jovens recebidos	País	Jovens enviados	Jovens recebidos
Bélgica	244	607	Irlanda	415	501
Dinamarca	756	1004	Itália	2260	1271
Alemanha	2884	1563	Luxemburgo	0	38
Grécia	250	251	Países Baixos	1271	385
Espanha	2589	1404	Portugal	286	253
França	4374	3833	Reino Unido	2562	6777

Quadro 6 - Acção IV - Fluxos de entradas e saídas

- A dinâmica da Acção IV está agora perfeitamente radicada, mesmo se alguns raros Estados-membros ainda experimentam algumas dificuldades em esgotar completamente o seu orçamento. Esta acção contribui grandemente, de forma extremamente original, para o desenvolvimento da prática das línguas e da dimensão europeia em estabelecimentos de ensino de tipos muito diferentes.

O facto de a Comissão ter, em 1992, simplificado os processos de gestão desta acção aplicados pelos Estados-membros, decidindo que passará a ser a mesma agência nacional a financiar as despesas de envio e os custos de acolhimento dos participantes num projecto, contribuiu para o desenvolvimento de novas iniciativas.

Mantém-se todavia o problema da reciprocidade das visitas no interior dos projectos; esta reciprocidade não é obrigatória, mas é fortemente incentivada; a generalizar-se e sistematizar-se o princípio da reciprocidade, correr-se-á o risco de criar, em certos Estados-membros muito procurados, sérios problemas de respeito da reciprocidade; o Reino Unido, em

particular e por exemplo, teria grandes dificuldades, financeiramente, em exercer a reciprocidade com todos os estabelecimentos parceiros; além disso, o facto de praticar essa reciprocidade em projectos lançados pelo exterior poderia impedir os estabelecimentos britânicos de fomentar e estabelecer projectos cuja iniciativa lhes cabe.

– À semelhança da Acção IA, os problemas administrativos colocados por esta acção e evocados no Conselho de Ministros de 1 de Junho de 1992 (ver 'Impacto do Programa LINGUA', páginas 10 e 11) não parecem ter prejudicado o desenvolvimento dos projectos.

2.3. Acções centralizadas

(N.B.: contrariamente às acções descentralizadas, estas acções funcionam em anos civis e geraram projectos propostos e financiados em 1992).

2.3.1. Rede dos programas europeus de cooperação (Acção IB)

a) definição e objectivos da acção

Os programas europeus de cooperação constituem um bom exemplo de uma abordagem inovadora em matéria de formação contínua dos professores de línguas estrangeiras.

O principal objectivo desses programas é o de propor estruturas originais em que os professores e formadores possam melhorar as suas capacidades de comunicação, o seu conhecimento do enquadramento cultural da língua visada e das diferentes metodologias pedagógicas, não só no seu contexto nacional mas também numa base transnacional.

Este objectivo prioritário é realizado através da cooperação activa entre os estabelecimentos de formação contínua de, pelo menos, dois Estados-membros. A inovação no campo da metodologias do ensino e da formação em línguas estrangeiras e a utilização das novas tecnologias educativas são aspectos importantes a considerar no planeamento conjunto de um programa europeu de cooperação.

b) recapitulação dos dados relativos a 1991

Em 1991 (período contratual de 1 de Setembro de 1991 a 31 de Agosto de 1992), beneficiaram de financiamento doze projectos.

3 projectos foram coordenados pela França, 2 pela Itália, 1 por Portugal e 6 pelo Reino Unido; esses quatro Estados-membros intervieram igualmente na qualidade de parceiros em vários projectos, bem como a Alemanha (7 instituições parceiras nos projectos) e a Espanha (6 instituições parceiras).

As línguas visadas pelos projectos foram o espanhol (6), o alemão (6), o grego (1), o inglês (7), o francês (10), o italiano (6) e o português (2).

c) desenvolvimento e resultados em 1992

– Em 1992, foram apresentadas 62 candidaturas, reunindo 187 instituições parceiras. Dessas 62 candidaturas, foram aprovados 25 programas (dos quais 7 extensões de programas iniciados em 1991), graças à ajuda do Programa LINGUA, por um período contratual de 1 de Setembro de 1992 a 31 de Agosto de 1993. O montante total solicitado ao Programa LINGUA por essas 25 associações ascendia a 1 733 187 ECU, tendo sido atribuída uma ajuda comunitária total no valor de 1 431 000 ECU.

- Esses 25 programas implicavam 110 instituições diferentes; os parceiros mais frequentes nas equipas eram universidades ou instituições oficiais, nacionais ou locais, de formação de formadores.

- As línguas visadas pelos projectos foram o espanhol (10), o dinamarquês (3), o alemão (14), o grego (6), o inglês (14), o francês (18), o irlandês (3), o italiano (10), o neerlandês (5) e o português (8).

Constata-se que, com excepção do luxemburguês, todas as línguas estavam presentes nos projectos e, se o alemão, o inglês e o francês permanecem à cabeça, a Comissão envidou esforços para que, na sua selecção, estivessem bem representadas as línguas menos ensinadas e menos divulgadas.

- Como indica o quadro seguinte, todos os Estados-membros estavam representados nos projectos, quer como coordenadores (todos com excepção da Irlanda) ou como parceiros (todos com excepção do Luxemburgo).

País	Coordenadores	Parceiros
Bélgica	2	1
Dinamarca	2	1
Alemanha	2	16
Grécia	1	4
Espanha	1	9
França	5	14
Irlanda	0	5
Itália	3	9
Luxemburgo	1	0
Países Baixos	1	6
Portugal	1	10
Reino Unido	6	10

Quadro 7 - Acção IB - Coordenadores e parceiros por Estado-membro

- Os critérios de selecção dos novos projectos assentaram essencialmente em:

- . a qualidade dos processos em termos de contribuição potencial e original para a melhoria da formação contínua dos professores de línguas estrangeiras e dos seus formadores;
- . a prioridade atribuída à criação de programas conjuntos para a formação contínua dos professores de línguas estrangeiras e dos seus formadores;
- . a representação das associações transnacionais e a procura de um equilíbrio de todos os Estados-membros, quer como coordenadores quer como parceiros.

- Os mesmos critérios foram definidos para as candidaturas a prolongamento; todavia, na ausência, no momento da selecção, de relatórios referentes à primeira fase (recebidos, tal como os contratos previam, após o período de exame dos processos apresentados), tais

processos de extensão foram analisados à luz dos relatórios intercalares e do conhecimento que os avaliadores tinham dos resultados alcançados e dos progressos registados.

- A selecção dos programas apoiados pela Comissão considerou o impacto que os projectos de formação poderiam exercer na qualidade geral do desenvolvimento profissional dos professores e dos seus formadores, particularmente quando os conteúdos e as parcerias criadas permitem aos participantes induzir, através da experiência adquirida nos projectos, novas expectativas, novas atitudes ou novas estratégias em matéria de formação de formadores em línguas estrangeiras, dando-lhes meios para a sua auto-avaliação e para uma nova orientação dos seus conhecimentos.

- A Comissão seleccionou igualmente os programas europeus de cooperação de tal modo que possam, a prazo, conduzir a actividades inovadoras de formação a propor aos bolseiros beneficiários de uma ajuda a título da Acção IA do programa (ver acções descentralizadas).

- As visitas preparatórias à criação de programas europeus de cooperação previstas pela decisão foram pouco utilizadas posto que o número total de candidaturas apresentadas limitou-se a 41 e que, desse número, apenas 4 foram aceites (a maioria dos processos rejeitados emanavam de professores de línguas que solicitavam subsídios para estágios de formação no estrangeiro, os quais não cabem no âmbito da Acção IA do programa).

Foram apresentados, antes de 31 de Dezembro de 1992, 7 pedidos de visitas suplementares, dos quais 3 foram aceites; mas, na medida em que estas visitas serão financiadas pelo orçamento de 1993, não são consideradas no presente relatório de actividade.

A promoção das visitas preparatórias está em curso. Esta promoção assume grande relevo porque, permitindo aos futuros parceiros eventuais reunir-se para estudar em conjunto a oportunidade e a exequibilidade de um projecto, constituem um meio privilegiado de criar futuros programas europeus de cooperação cabalmente motivados e devidamente preparados.

2.3.2. Rede europeia dos programas interuniversitários de cooperação e mobilidade dos estudantes e dos professores do ensino superior (Acção II)

a) definição e objectivos da acção

Esta acção abrange um conjunto de medidas destinadas a promover a formação em línguas estrangeiras na universidade e nos outros estabelecimentos de ensino superior e, nomeadamente, financiar a formação inicial dos futuros professores de línguas estrangeiras. Concretamente, essas medidas consistem em conceder bolsas que fomentem a criação de programas interuniversitários de cooperação e incentivem a mobilidade de estudantes e professores.

Existem igualmente bolsas destinadas a financiar visitas de estudo de membros do pessoal docente e administrativo do ensino superior.

O objectivo dos programas de mobilidade de estudantes é permitir a estes últimos efectuar noutro Estado-membro um período de estudos de, pelo menos, três meses, plenamente reconhecido pelo Estado-membro de origem.

A ajuda aos programas de mobilidade do pessoal docente de línguas estrangeiras destina-se a permitir o exercício da profissão noutro Estado-membro durante um período compreendido entre uma semana e um ano.

As bolsas para visitas de estudo devem servir para a preparação e a execução de programas de mobilidade ou para o aumento dos seus conhecimentos em matéria de ensino de línguas.

b) recapitulação dos dados relativos a 1991

Em 1991, foram financiados 149 programas interuniversitários de cooperação, reunindo 627 instituições e envolvendo 4 180 estudantes.

Desses 149 programas, 144 eram programas de mobilidade de estudantes e 32 programas de mobilidade de docentes.

Foram igualmente aceites 56 visitas de estudo.

Entre os 149 programas interuniversitários de cooperação aceites contavam-se 10 candidaturas e 35 instituições belgas participantes, 22 candidaturas e 125 parceiros alemães, 5 candidaturas e 15 parceiros dinamarqueses, 22 candidaturas e 88 parceiros espanhóis, 20 candidaturas e 88 parceiros franceses, 6 candidaturas e 18 parceiros gregos, 22 candidaturas e 70 parceiros italianos, 4 candidaturas e 29 parceiros irlandeses, 10 candidaturas e 30 parceiros neerlandeses, 6 candidaturas e 32 parceiros portugueses e 22 candidaturas e 96 parceiros britânicos; participou igualmente no programa uma instituição luxemburguesa.

c) desenvolvimento e resultados em 1992

(ver igualmente os dados estatísticos constantes do anexo 12 no final do presente relatório)

– Em 1992, foram apresentadas 232 candidaturas, reunindo 1 040 instituições parceiras. Dessas 232 candidaturas, foram aceites 211 programas (dos quais 162 extensões de programas e 49 novas candidaturas), graças à assistência do Programa LINGUA, para o ano lectivo de 1992/93. O montante da ajuda concedida a esta acção ascendeu, em 1992, a 7,53 milhões de ECU.

– Estes 211 programas implicavam 972 instituições diferentes e 6 724 estudantes elegíveis; atendendo à definição e aos objectivos desta acção, todos os parceiros eram estabelecimentos de ensino superior ou assimilados.

– As visitas de estudo suscitaram 54 candidaturas, 40 das quais foram aprovadas (9 para a Alemanha, 8 para o Reino Unido, 5 para a França, 4 para Espanha, 3 para a Dinamarca, a Itália e Portugal, respectivamente, 2 para a Grécia e 1 para a Bélgica, a Irlanda e os Países Baixos, respectivamente).

Mereceram particular atenção os projectos que previam a promoção das línguas menos divulgadas e menos ensinadas e os que abrangiam a formação inicial dos professores de línguas. À semelhança das visitas preparatórias para a realização de projectos da Acção IB (ver 2.3.1.) ou da Acção III (ver 2.3.3.), as visitas de estudo da Acção II foram insuficientemente utilizadas, pelo que convém envidar proximamente esforços de promoção.

- Na selecção dos projectos a apoiar, foi sistematicamente dada preferência aos que diziam respeito às línguas menos ensinadas e menos divulgadas, objecto de 48 programas dos 211 seleccionados.

Tal como nos anos precedentes, a política de selecção em 1992 procurou respeitar escrupulosamente as prioridades do Programa LINGUA; confirmou o processo plurianual de financiamento para a maioria dos programas aceites no ano lectivo de 1991/92, embora tivesse continuado a incentivar as universidades a desenvolver novas iniciativas de cooperação interuniversitária.

Empenhou-se igualmente em apoiar, prioritariamente, programas que confirmam um lugar importante à formação inicial de futuros professores de línguas; dos 211 programas seleccionados, 53 integravam essa dimensão e a maioria (193 em 211) indicava a probabilidade de os estudantes participantes virem a ser professores de línguas.

A selecção caracterizou-se pelo seguinte:

- . o número de programas aceites aumentou 41,6% em comparação com o ano anterior;
- . as instituições participantes nos programas também aumentaram sensivelmente (mais 55% do que em 1991);
- . os programas de mobilidade de estudantes aumentaram 41% e o número de estudantes elegíveis 61% em comparação com 1991;
- . os programas de mobilidade de professores aumentaram 81% em comparação com o ano precedente.

2.3.3. Línguas e vida económica (Acção III)

a) definição e objectivos da acção

A presente acção tem por objectivo contribuir, através de diversas medidas estratégicas, para o desenvolvimento do conhecimento e da prática das línguas comunitárias nos diferentes sectores da vida económica e, mais especificamente, nas pequenas e médias empresas; a acção não visa substituir as acções levadas a cabo por empresas e outros organismos no domínio da formação linguística orientada para o sector económico, mas, outrossim, dar-lhes meios para facilitar e otimizar essa formação.

A acção consiste nas seguintes medidas:

- . auditoria linguística, por meio da qual o programa contribui para a concepção, o desenvolvimento e a difusão de técnicas de análise e de diagnóstico das necessidades da vida económica em matéria de línguas estrangeiras por parte das empresas, das organizações profissionais e dos trabalhadores;
- . desenvolvimento de materiais didácticos, a utilizar no ensino clássico, no ensino à distância ou em autodidáctica;
- . introdução de sistemas de referência transnacionais para o reconhecimento das competências linguísticas dos agentes da vida económica, em particular as adquiridas pelos aprendentes nos estágios de formação linguística;
- . desenvolvimento da mobilidade, através da promoção de visitas de estudo, dos formadores em línguas estrangeiras nos diversos sectores da vida económica, dos representantes das pequenas e médias empresas e das organizações profissionais que se ocupem da formação em línguas estrangeiras.

b) recapitulação dos dados relativos a 1991

Em 1991 (períodos contratuais entre 1 de Julho de 1991 ou 1 de Janeiro de 1992 e 31 de Dezembro de 1992), foram financiados 58 projectos.

2 projectos eram coordenados pela Bélgica, 4 pela Dinamarca, 10 pela Alemanha, 7 pela Grécia, 2 pela Espanha, 10 pela França, 2 pela Irlanda, 6 pela Itália, 1 pelo Luxemburgo, 3 pelos Países Baixos e 11 pelo Reino Unido; os projectos não foram coordenados por qualquer instituição portuguesa, mas todos os Estados-membros, sem excepção, estavam representados na qualidade de parceiros.

Todas as línguas comunitárias foram visadas várias vezes: o espanhol (12), o dinamarquês (6), o alemão (17), o grego (119), o inglês (20), o francês (24), o irlandês (49), o italiano (14), o luxemburgês (2), o neerlandês (9) e o português (7).

c) desenvolvimento e resultados em 1992

- Em 1992, foram apresentadas 170 candidaturas, reunindo 774 instituições parceiras. Dessas 170 candidaturas, foram aceites 86 projectos (dos quais 34 extensões de projectos iniciados em 1991), graças à assistência do Programa LINGUA, para os períodos contratuais entre 1 de Julho de 1992 e 30 de Junho de 1993, para os projectos apresentados na fase de selecção de 15 de Março de 1992, ou entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 1993, para os projectos apresentados na fase de selecção de 15 de Setembro de 1992. O montante total solicitado ao Programa LINGUA por esses 86 projectos ascendia a 8 359 193 ECU, tendo sido atribuída uma subvenção comunitária total no valor de 7 003 500 ECU.

- Esses 86 projectos implicavam 441 instituições diferentes. As mais amplamente representadas eram as universidades ou os centros universitários de investigação em didáctica das línguas (102); os institutos de formação profissional ocupavam o segundo lugar (74), seguidos dos centros de formação para adultos (53); participaram igualmente pequenas e médias empresas, câmaras de comércio e organizações sectoriais (47), centros de línguas (43), associações profissionais e sindicais (32), ministérios e colectividades locais e territoriais (229), editores, fabricantes e distribuidores de materiais didácticos (16), bem como, em número menos significativo, centros de exame de línguas, diversos institutos de pedagogia e linguística aplicada, associações e federações de professores de línguas, etc.

- O tipo de projectos mais frequentemente apresentado dizia respeito a materiais didácticos; muito depois vinham alguns projectos de auditoria e de diagnóstico e análise das necessidades linguísticas, de certificação e de desenvolvimento de programas de formação. Cabe, todavia, notar que a quase totalidade dos projectos relativos a material didáctico previa uma primeira fase consagrada à análise das necessidades a que esses produtos pedagógicos pretendiam dar resposta. Quase um quarto dos projectos integrava métodos multi-mídia e novas tecnologias educativas e quatro deles diziam especificamente respeito ao ensino à distância.

- As línguas visadas pelos projectos foram o espanhol (35), o dinamarquês (15), o alemão (35), o grego (23), o inglês (54), o francês (46), o irlandês (5), o italiano (35), o luxemburgês (4), o neerlandês (19), e o português (19). Estavam representadas todas as línguas comunitárias sem excepção e o alemão, o inglês e o francês contavam com pouco mais de 46% do total contra quase 48,5% em 1991. À semelhança dos Programas Europeus de Cooperação, a Acção III desempenhou plenamente o seu papel de promotor da diversificação linguística e das línguas menos divulgadas e menos ensinadas.

- Como indica o quadro seguinte, todos os Estados-membros estavam representados nos projectos, quer como coordenadores (com excepção do Luxemburgo) ou como parceiros (sem excepção).

País	Coordenadores	Parceiros
Bélgica	8	21
Dinamarca	8	16
Alemanha	10	33
Grécia	7	28
Espanha	3	40
França	15	68
Irlanda	2	6
Itália	10	43
Luxemburgo	0	5
Países Baixos	5	11
Portugal	1	16
Reino Unido	17	68

Quadro 8 - Acção III - Coordenadores e parceiros por Estado-membro

- Os critérios de selecção dos novos projectos assentaram essencialmente em:

- . a necessidade, quer diagnosticada, quer analisada pelas associações, dos materiais didácticos propostos;
- . a validade e a exequibilidade dos objectivos e a sua coerência com os critérios e as prioridades do programa nos termos da Decisão;
- . a pertinência das associações, tanto no plano da transnacionalidade como da complementaridade das especializações requeridas e da implicação dos sectores e públicos visados;
- . a qualidade da metodologia e o carácter inovador dos objectivos prosseguidos e dos meios aplicados na sua realização;
- . a qualidade dos planos de difusão dos produtos e os sectores abrangidos.

- Foram aplicados os mesmos critérios aos pedidos de extensão, assentando as respectivas decisões na análise de novos processos de candidatura, nos relatórios intercalares dos projectos e no conhecimento dos avaliadores quanto aos resultados alcançados e aos progressos registados.

- A selecção dos projectos subvencionados pela Comissão teve em conta o impacto exercido nos diferentes sectores da vida económica; um grande número de sectores e públicos visados não está ainda coberto e a Comissão terá agora, à luz dos primeiros resultados dos projectos gerais de auditoria em curso e de outros mais específicos emergentes de análises no interior de projectos de desenvolvimento de material didáctico, uma atitude mais pró-activa, suscitando projectos e contribuindo para futuras associações que correspondam às necessidades efectivas de sectores por abranger.

- À semelhança dos Programas Europeus de Cooperação e dos Programas Interuniversitários de cooperação, foram pouco utilizadas as visitas preparatórias dos projectos da Acção III (22 candidaturas apresentadas, 12 das quais aceites; foram apresentados 9 pedidos de visitas suplementares antes de 31 de Dezembro de 1992, 6 dos quais foram aceites; mas, na medida em que estas visitas serão financiadas pelo orçamento de 1993, não são consideradas pelo presente relatório de actividade). Quanto às visitas de estudo, igualmente previstas pela Decisão, destinadas a incitar os responsáveis, directos ou indirectos, da formação em matéria de línguas estrangeiras nas empresas a visitar os seus homólogos noutros Estados-membros da Comunidade para comparação e enriquecimento recíproco das respectivas experiências, não suscitaram qualquer candidatura. Estas visitas são objecto de uma acção de promoção, em conformidade com a decisão tomada relativamente às visitas preparatórias de Programas Europeus de Cooperação.

2.3.4. Medidas complementares

*** Primeira parte - Promoção dos objectivos do Programa LINGUA (acção VA)**

a) definição e objectivos da Acção

A presente Acção destina-se a apoiar o desenvolvimento de intercâmbios transnacionais entre estruturas a nível europeu que visem promover os objectivos do programa, nomeadamente as que se ocupam da metodologia do ensino das línguas estrangeiras.

Esta Acção apoia igualmente os projectos que visam promover a sinergia dos programas existentes.

Esta nova dimensão permite estimular e contribuir para a difusão dos resultados registados pelo programa.

b) recapitulação dos dados relativos a 1991

Em 1991, foram financiados 8 projectos.

2 projectos eram coordenados pela Bélgica, 1 por Espanha, 1 pela Itália, 1 pelo Luxemburgo, 1 pelos Países Baixos e 2 pelo Reino Unido.

Considerando os objectivos da presente Acção e os domínios por ela abrangidos, todas as línguas comunitárias estavam representadas nos projectos, em diferentes níveis, quer directa, quer indirectamente.

c) desenvolvimento e resultados em 1992

- Em 1992, foram apresentadas 22 candidaturas, reunindo 95 instituições parceiras (foram apresentadas 5 candidaturas suplementares antes de 31 de Dezembro de 1992, 2 das quais foram aceites, mas, na medida em que estes projectos serão financiadas pelo orçamento de 1993, não são consideradas pelo presente relatório de actividade). Dessas 22 candidaturas, 14 beneficiaram de uma subvenção do Programa LINGUA. O montante total solicitado ao Programa LINGUA por esses 14 projectos ascendia a 231 232 ECU, tendo sido atribuída uma subvenção comunitária total no valor de 172 392 ECU.

- Esses 14 projectos implicavam 70 instituições diferentes: universidades e centros universitários, na maioria, e associações de professores de línguas estrangeiras, fundações culturais e departamentos ministeriais.

- Os projectos visavam a publicação pontual de revistas ou de conclusões de colóquios, a organização de manifestações transnacionais (colóquios "línguas e vida económica", "línguas e dimensão europeia na educação", "línguas e novas tecnologias"), a realização de concursos de línguas e a promoção de um projecto subvencionado pelo programa.
- Tal como no ano precedente, em resultado da própria natureza da Acção e dos seus objectivos, todas as línguas comunitárias estavam representadas nos projectos.
- Apenas cinco Estados-membros coordenaram projectos, mas, como indica o quadro abaixo, todos, sem excepção, estavam representados nas associações.

País	Coordenadores	Parceiros
Bélgica	0	7
Dinamarca	0	2
Alemanha	0	4
Grécia	0	1
Espanha	4	9
França	1	10
Irlanda	0	2
Itália	1	6
Luxemburgo	0	1
Países Baixos	2	5
Portugal	0	5
Reino Unido	6	4

Quadro 9 - Acção VA - Coordenadores e parceiros por Estado-membro

- As novas orientações aplicadas a esta Acção no decurso do ano de 1992 (ver definição e objectivos da Acção na pág. 31) deverão conferir-lhe uma dimensão suplementar.

Uma vez que o número de projectos em curso, no âmbito das outras acções centralizadas do programa, tem sofrido um aumento anual e os candidatos potenciais são cada vez mais numerosos, convirá dar aos coordenadores de projectos existentes ou latentes (e bem assim aos seus parceiros) a possibilidade de se encontrarem, no âmbito de um projecto integrado na acção VA, para troca de experiências, conhecimento dos progressos realizados, comparação dos resultados e estudo de agrupamentos ou de novas associações, porquanto todas estas actividades são susceptíveis de resultar em economias de tempo, energia e capital e de gerar maior eficácia. A possibilidade - agora prevista - de utilizar esta Acção para promover, de forma mais precisa, as outras Acções do programa, bem como os resultados obtidos no interior dos projectos em curso nas outras Acções, deverá, também, contribuir para o desenvolvimento desta Acção.

*** Segunda parte – Materiais didácticos gerais para as línguas menos divulgadas e menos ensinadas (Acção VB)**

a) definição e objectivos da Acção

Esta Acção visa conceder auxílio financeiro, a título experimental e durante a fase inicial do programa, a projectos que promovam a diversificação do ensino e a aprendizagem de línguas estrangeiras na Comunidade, através da assistência ao desenvolvimento e ao intercâmbio de material didáctico para as línguas menos divulgadas e menos ensinadas.

Na prática, o acento tónico foi colocado nos seguintes aspectos:

- . desenvolvimento e intercâmbio de material didáctico de ordem geral (e, excepcionalmente, para fins específicos não abrangidos pela Acção III e não supridos de outra forma);
- . incentivo a uma utilização inovadora das novas tecnologias e dos métodos de auto a aprendizagem e de ensino à distância.

É manifesta a possibilidade de sobreposição com a Acção III, na realização dos seus objectivos, na medida em que certos materiais didácticos destinados a principiantes, criados no âmbito da Acção III, poderão ser considerados de uso geral e, provavelmente, serão também utilizados por um público mais vasto. A Comissão está particularmente vigilante no sentido de evitar que os mesmos produtos, ou produtos do mesmo tipo, sejam financiados em duplicado.

b) recapitulação dos dados relativos a 1991

Em 1991 (períodos contratuais entre 1 de Julho de 1991 ou 1 de Janeiro de 1992 e 31 de Dezembro de 1992), foram financiados 15 projectos.

2 projectos eram coordenados pela Bélgica, 2 pela Dinamarca, 1 pela Alemanha, 1 pela Grécia, 3 pela França, 2 pelos Países Baixos, 1 por Portugal e 3 pelo Reino Unido; os projectos não foram coordenados por qualquer instituição espanhola, irlandesa, italiana ou luxemburguesa; mas todos os Estados-membros estavam representados na qualidade de parceiros.

Com excepção de um projecto consagrado ao desenvolvimento de material didáctico para o ensino das onze línguas do programa, de um outro orientado para técnicas destinadas a permitir "aprender a aprender línguas" e de um terceiro devotado à concepção de material vídeo original para o ensino de inglês e francês na escola primária (material inexistente neste sector específico), todos os outros projectos diziam respeito às línguas menos divulgadas e menos ensinadas: 1 projecto para o dinamarquês, 3 para o grego, 1 para o espanhol, 1 para o irlandês, 1 para o italiano, 2 para o neerlandês e 3 para o português.

c) desenvolvimento e resultados em 1992

– Em 1992, foram apresentadas 52 candidaturas, reunindo 191 instituições parceiras. Dessas 52 candidaturas, foram aceites 23 programas (dos quais 7 extensões de programas iniciados em 1991), graças à assistência do Programa LINGUA, para os períodos contratuais entre 1 de Julho de 1992 e 30 de Junho de 1993, para os programas apresentados na fase de selecção de 15 de Março de 1992, ou entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 1993, para os programas apresentados na fase de selecção de 15 de Setembro de 1992. O montante total solicitado ao Programa LINGUA por esses 23 programas ascendia a 1 569 617 ECU, tendo sido atribuída uma subvenção comunitária total no valor de 991 500 ECU.

- Esses 23 projectos implicavam 93 instituições diferentes. As mais amplamente representadas, como ocorrido com os projectos da Acção III (ver *supra*), eram universidades ou centros universitários de investigação em didáctica das línguas (45); os editores ocupavam o segundo lugar (19) o que, atendendo à finalidade primeira da acção VB, a saber, a promoção das línguas menos ensinadas e menos divulgadas, não surpreende, porque as casas editoras, interessadas em integrar no seu catálogo as línguas menos divulgadas, apenas se poderão lançar numa operação dispendiosa e, em qualquer caso, não rentável, se dispuserem de uma contribuição financeira externa; as associações contavam igualmente com centros de línguas (12), ministérios e colectividades locais e territoriais (10), bem como associações ou federações de professores de línguas (6) e institutos de formação de professores.

- Nos termos descritos na decisão quanto aos produtos gerados pela acção VB, os projectos apresentados diziam respeito a materiais didácticos e quase 50% integravam métodos multi-media, novas tecnologias educativas ou, mais especificamente, técnicas de ensino à distância.

- As línguas visadas pelos projectos eram o espanhol (3), o dinamarquês (4), o grego (3), o irlandês (4), o italiano (5), o neerlandês (7) e o português (6). O alemão (2), o inglês (4) e o francês (5) foram visados como línguas veiculares, em combinação com línguas menos ensinadas e menos divulgadas; consequentemente, todas as línguas estavam representadas, com excepção do luxemburguês, e as línguas menos ensinadas e menos divulgadas estavam, evidentemente, presentes em todos os projectos, em conformidade com o objectivo prioritário da acção.

- A esta Acção foram aplicados os critérios de selecção já apresentados no âmbito da Acção III (ver *supra*); com efeito, a sua pertinência era total ao nível das exigências respeitantes à justificação dos produtos a desenvolver por meio de uma procura claramente estabelecida, à definição precisa dos objectivos, à justificação das associações e à qualidade das disposições adoptadas ou previstas para uma divulgação óptima dos produtos uma vez realizados. A Decisão tomada pela Comissão em 1992 no sentido de alinhar o montante máximo da subvenção concedida para esta acção pelo da Acção III contribuiu certamente para elevar a qualidade e o alcance dos projectos à falta de um aumento significativo do seu número. Metade dos projectos incluem, na utilização dos produtos acabados, o recurso, difícil de conceber e desenvolver na maioria dos casos, às novas tecnologias educativas, o que só foi possível em virtude da subida dos montantes orçamentais, reflexo claro do acolhimento favorável dispensado à iniciativa da Comissão.

- Foram aplicados os mesmos critérios aos pedidos de extensão de 7 projectos. À semelhança dos projectos de extensão apresentados no âmbito das acções IB e III, as decisões assentaram igualmente na análise de novos processos de candidatura, nos relatórios intercalares e no conhecimento dos avaliadores quanto aos resultados alcançados e aos progressos registados.

- Como indica o quadro seguinte, todos os Estados-membros, com excepção do Luxemburgo, estavam representados nos projectos, quer como coordenadores (com excepção da Grécia e de Espanha) ou como parceiros.

País	Coordenadores	Parceiros
Bélgica	1	4
Dinamarca	2	10
Alemanha	4	4
Grécia	0	5
Espanha	0	4
França	3	10
Irlanda	4	5
Itália	3	3
Luxemburgo	0	0
Países Baixos	2	5
Portugal	3	7
Reino Unido	1	13

Quadro 10 – Acção VB – Coordenadores e parceiros por Estado-membro

2.4. Orçamento

O orçamento total estimado para financiar a primeira fase do Programa LINGUA ascende a 200 milhões de ECU. Esse total destina-se a cobrir todas as actividades organizadas no âmbito das cinco acções, bem como a gestão geral do programa.

Foram utilizados 6 milhões de ECU em 1990, 23 milhões em 1991 e 38 milhões em 1992.

Esta última importância foi repartida da seguinte forma:

Acção IA:	7 milhões de ECU	
Acção IB:	1,52 milhões de ECU	
Total Acção I:		8,52 milhões de ECU
Acção II:		7,53 milhões de ECU
Acção III:		7,02 milhões de ECU
Acção IV:		8,40 milhões de ECU
Acção VA:	0,85 milhões de ECU	
Acção VB:	1 milhões de ECU	
Total acção V:		1,85 milhões de ECU
Gestão do Programa (assistência técnica e subvenções às agências nacionais)		4,68 milhões de ECU

3. GESTÃO DO PROGRAMA

3.1. Processo de selecção em 1992

3.1.1. Acções centralizadas

– A Acção IB (programas europeus de cooperação) foi objecto de uma única apresentação de propostas, devendo as candidaturas ser recebidas até 15 de Janeiro de 1992.

– As acções III (projectos relativos às línguas na vida económica) e VB (projectos relativos aos materiais didácticos para promoção das línguas menos ensinadas e menos divulgadas) foram objecto de duas apresentações de propostas, devendo as respectivas candidaturas ser apresentadas até 15 de Março de 1992, na primeira fase, e até 15 de Setembro, na segunda.

– A Comissão começou por avaliar as candidaturas apresentadas com o apoio do gabinete de assistência técnica Bureau LINGUA. Todas as candidaturas não elegíveis (por força, designadamente, da não transnacionalidade do projecto ou da não pertinência da associação) foram rejeitadas numa primeira análise.

Os projectos foram, seguidamente, objecto de um segundo exame mais circunstanciado por um grupo de avaliadores externos independentes, designados pela Comissão em função da sua competência e experiência do programa, com base numa representação rotativa dos Estados-membros.

No termo desse segundo exame, a Comissão estabeleceu a lista final dos projectos admitidos a beneficiar de uma ajuda comunitária.

– Os projectos da acção VA (projectos destinados a promover os objectivos do Programa LINGUA) e as visitas preparatórias (à criação de projectos no âmbito das acções IB ou III) podem ser apresentados em qualquer momento e foram objecto de quatro fases de selecção (a primeira em 31 de Março, a segunda em 30 de Junho, a terceira em 30 de Setembro e a última em 31 de Dezembro).

A instrução dos processos e a selecção foram conduzidas pela Comissão a nível interno com o apoio da unidade de assistência técnica, sem recurso a um comité de avaliadores externos.

3.1.2. Acções descentralizadas

No que se refere às Acções IA (bolsas de mobilidade e de formação para os professores de línguas) e IV (intercâmbios e visitas de jovens integrados nos Projectos Educativos Conjuntos), a selecção dos processos e dos projectos e a atribuição das bolsas aos beneficiários foram decididas em cada Estado-membro.

3.2. Comité LINGUA

Na execução do Programa LINGUA, a Comissão é assistida por um comité composto de dois representantes designados por cada Estado-membro e presidido pelo representante da Comissão. Os membros do comité podem ser assistidos por peritos ou conselheiros.

O comité coordena os seus trabalhos com o comité ERASMUS no que se refere à Acção II do Programa LINGUA (Programas Interuniversitários de Cooperação).

O comité é consultado e emite parecer sobre projectos relativos às orientações gerais que regem o programa, ao apoio financeiro a prestar pela Comunidade e às questões relativas ao equilíbrio geral do programa.

A Comissão pode igualmente consultar o comité sobre qualquer outra questão relativa à execução do Programa.

Em 1992, o comité reuniu duas vezes, a primeira em Bruxelas, em 3 e 4 de Fevereiro, e a segunda em Lisboa, em 2 e 3 de Junho.

Durante essas reuniões de trabalho, tão intensivas quanto fecundas, o comité procedeu, conjuntamente com a Comissão, a uma revisão total do programa, acção por acção, e abordou igualmente a sua problemática geral.

Durante a reunião realizada em Portugal, em particular, o comité deu um precioso contributo participando activamente na reflexão relativa ao actual funcionamento do programa e à sua continuação futura; fez, dessa forma, a Comissão beneficiar do seu profundo conhecimento das diferentes realidades nacionais e das políticas linguísticas aplicadas pelos Estados-membros às quais está, muito frequentemente, associado de perto e nas quais participa. Pôde, assim, emitir parecer adequado sobre a forma como concebe o problema da promoção da competência linguística dos europeus à escala comunitária e apresentar recomendações relativas às possíveis soluções e à maneira como o Programa deverá evoluir.

A seriedade no trabalho, a riqueza dos comentários e a acuidade das observações dos delegados fazem de cada uma das reuniões do comité um ponto forte da vida do programa e contribuem para facilitar a tarefa conceptual da Comissão.

3.3. Agências nacionais

Os Estados-membros designaram uma ou várias estruturas competentes, intituladas agências nacionais e agências especializadas, encarregadas de coordenar no plano nacional a realização das medidas previstas pela Decisão do Conselho. As situações diferem muito de um Estado-membro para outro.

Essas agências nacionais constituem uma ligação indispensável entre a Comissão e os utilizadores do programa; as suas tarefas são múltiplas e crescem em importância à medida que o programa progride e se desenvolve; conviria, assim, que todos os Estados-membros colocassem à disposição dessas estruturas, por eles próprios designadas, para além dos meios oferecidos pela Comissão, sob a forma de subvenções anuais destinadas à gestão do programa, os recursos humanos e financeiros suficientes que permitam realizar a sua missão com toda a eficácia.

A contribuição dos Estados-membros para essas estruturas é tanto mais desejável quanto estas constituem o motor das acções descentralizadas em cada país, uma vez que asseguram a gestão e o essencial da promoção e contribuem sobremaneira para o êxito das acções descentralizadas através das campanhas de difusão de informações que conduzem e da assistência técnica que prestam às pessoas ou instituições interessadas em participar nos projectos.

A importância das agências nacionais reside igualmente no facto de, independentemente das suas tarefas de gestão, promoção e assistência, constituírem agora uma verdadeira rede internacional de responsáveis e especialistas em matéria de ensino e aprendizagem das línguas, capaz de, em muitos casos, beneficiar os responsáveis nacionais dos seus conselhos; esta rede extremamente original constituída por pessoas que estabeleceram relações estreitas e que, fora das sessões de trabalho comuns, mantêm contactos cada vez mais frequentes, transformou-se verdadeiramente numa estrutura comunitária eficaz especializada na promoção do ensino e da aprendizagem das línguas; beneficiando

de uma interfecundação transnacional, constitui para os Estados-membros uma contribuição cujas possibilidades e alcance não devem ser subestimadas e justifica totalmente um esforço suplementar de investimento em recursos humanos e financeiros.

Nunca é de mais salientar a importância da mais valia comunitária desta rede.

Cabe igualmente observar que as sinergias geradas (certamente inexistentes antes do Programa LINGUA) e os benefícios retirados por cada um – cada vez maiores em função de uma cooperação que ganhará certamente em eficácia – só foram possíveis graças aos alicerces que o programa lançou.

As agências nacionais reuniram várias vezes em 1992, quer em assembleia geral (em 5 e 6 de Maio em Bruxelas e em 27 e 28 de Outubro em York), quer em grupos de trabalho mais restritos, em Bruxelas, compostos de delegados de vários Estados-membros para debate de temas específicos ("Mobilidade de jovens no âmbito dos projectos educativos conjuntos", por exemplo, em 29 de Setembro, ou ainda, "Papel e missões das Agências Nacionais", em 30 de Setembro).

3.4. Grupos de peritos

No âmbito do Programa, a Comissão recorre com regularidade a grupos de peritos que reúne, quer em Bruxelas, quer num dos Estados-membros, com o objectivo de analisar certas Acções do programa ou determinados aspectos cruciais do seu desenvolvimento.

Assim, convocou por várias vezes, no início de 1992, um grupo de peritos encarregados de assegurar o acompanhamento dos resultados do seminário de Veldhoven realizado no final de 1991 sobre os Programas Europeus de Cooperação em matéria de formação contínua de professores.

Organizou, igualmente, em Perpignan, em 4, 5 e 6 de Junho, um importante simpósio consagrado a "Línguas e vida económica" que reuniu, em torno da Comissão, peritos dos doze Estados-membros, representantes de todas as agências nacionais interessadas pelo problema, bem como coordenadores de projectos ao abrigo da Acção III em curso.

Este simpósio foi precedido de várias reuniões de um comité de promoção que congrega peritos de diferentes Estados-membros com a missão de preparar a manifestação em matéria de filosofia e de conteúdo.

A Comissão organizou igualmente, na segunda metade de 1992, reuniões de dois outros comités de promoção a nível multinacional para preparação de duas manifestações de envergadura a realizar no início de 1993, uma em Londres sobre "Didáctica linguística e novas tecnologias educativas" e a outra consagrada ao tema "Visitas e intercâmbios de jovens no âmbito dos Projectos Educativos Conjuntos".

3.5. Assistência técnica

A Comissão é assistida, em todos os trabalhos relativos ao programa, por um gabinete de assistência técnica, unidade externa da Comissão, designada por *Bureau LINGUA* – Associação internacional sem fins lucrativos – criado em Novembro de 1990 por um consórcio constituído pelo British Council, pelo Centre International d'Etudes Pédagogiques de Sèvres/Alliance Française e pelo Goethe Institut, com o qual foram estabelecidas disposições contratuais adequadas.

Quanto à Acção II do programa, a Comissão é igualmente assistida pelo Bureau ERASMUS cuja principal missão se inscreve na gestão operacional desse programa.

3.6. Relações com outros programas comunitários

O Programa LINGUA tem duas dimensões de igual importância:

– uma vertical, na qual as línguas, o seu ensino e a sua aprendizagem constituem, em si próprios, um objecto de estudo e de reflexão, bem como um campo de actividade, a abordar na sua globalidade e coerência, o que, muito naturalmente, deu azo a um programa específico destinado a promover, quantitativa e qualitativamente, as actividades linguísticas por meio de medidas concretas integradas em acções específicas e interdependentes.

– A outra horizontal, por meio da qual as línguas, meios privilegiados de comunicação entre os cidadãos, estão presentes em todas as actividades humanas e, por esse facto, formam uma componente não despreciada de todos os programas comunitários em matéria de educação, formação e juventude, quanto mais não seja ao nível da preparação linguística e cultural dos candidatos a esses programas.

A dimensão vertical do programa é capital porque reúne todos os elementos relativos ao desenvolvimento da competência linguística dos europeus integrando-os numa estratégia única que permite abordar e tratar, globalmente, o problema da comunicação linguística na Comunidade e contribui para promover e consolidar as políticas nacionais e comunitárias coerentes; obviamente, esta dimensão vertical repercute-se significativamente na sua dimensão horizontal: não só ao nível dos programas comunitários, para além do Programa LINGUA, que beneficiam dos estudos gerados pela verticalidade do programa, mas também, e sobretudo, dos produtos que dele resultam.

O Programa LINGUA coopera com outros programas comunitários, designadamente COMETT, DELTA, ERASMUS, PETRA; participa igualmente na reflexão geral no âmbito de outras iniciativas lançadas pela Task Force, nomeadamente no domínio do ensino à distância, da integração da dimensão europeia nos estabelecimentos de ensino, da educação dos migrantes, etc..

As duas manifestações do programa previstas para o início de 1993 associarão os programas DELTA (manifestação em Londres sobre o tema "Didáctica linguística e novas tecnologias educativas") e PETRA (manifestação em Veneza sobre o tema "Visitas e intercâmbios de jovens no âmbito de Projectos Educativos Conjuntos"); representantes dos dois programas participaram já activamente nos comités de promoção das duas manifestações.

O Programa LINGUA, plataforma giratória da construção europeia, deverá, aliás, nos próximos anos, colocar ainda mais os resultados e os produtos da sua verticalidade ao serviço dos outros programas comunitários de modo a oferecer soluções precisas e específicas aos problemas levantados pela comunicação linguística.

4. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

4.1. Acompanhamento, controlo e avaliação interna

4.1.1. Acompanhamento e controlo dos projectos

A Comissão utiliza vários meios para levar a cabo o acompanhamento e o controlo dos projectos que beneficiam de uma subvenção comunitária:

. relatórios intercalares e finais

Os relatórios intercalares são objecto de um exame minucioso da parte da Comissão. Servem essencialmente para avaliar os progressos realizados pelas associações envolvidas nos projectos e a permitir aos peritos encarregados da instrução e da selecção dos processos de candidatura decidir legitimamente sobre a validade e o fundamento dos pedidos de extensão. Em 1992, foram rejeitados alguns pedidos de extensão devido à insuficiência dos relatórios intercalares, após confirmação ulterior de uma execução deficiente do projecto por meio de informações mais precisas; estes casos menos edificantes são, todavia, muito raros.

Em 1992, os relatórios finais abrangiam apenas os projectos aprovados na primeira fase de selecção dos programas europeus de cooperação em 1991. À semelhança dos relatórios intercalares supracitados, estes foram igualmente cuidadosamente examinados pela Comissão.

Por regra, a análise destes relatórios demonstrou que a actividade das associações tinha sido realizada em conformidade com os planos de trabalho inicialmente aceites pela Comissão e confirmou que a utilização orçamental respeitava as previsões financeiras apresentadas nas candidaturas.

Estando a concepção e a criação desses primeiros Projectos de Cooperação Europeia – projectos ambiciosos e de grande alcance – previstas para um período de dois ou três anos, os módulos de formação definitivos e os materiais didácticos só estarão terminados na segunda metade de 1993 ou em 1994.

. reuniões

Estas reuniões, que congregam em torno de um representante da Comissão coordenadores de projectos ou representantes das associações, são suscitadas pela Comissão e realizam-se em Bruxelas ou num dos Estados-membros implicados; dizem respeito ao conteúdo dos projectos ou à sua gestão financeira.

Em 1992, essas reuniões interessaram vários projectos ou o conjunto de projectos da Acção IB, III ou VB; deram seguimento a controlos pontuais sob a forma de comunicações epistolares ou telefónicas ou a encontros com parceiros nos projectos; permitiram à Comissão analisar o trabalho em curso, controlar a utilização dos fundos comunitários e dar assistência técnica às associações; reunindo os diferentes interlocutores no mesmo local, permitiu conduzir as operações da forma mais eficaz e mais económica possível.

. conferências

A Comissão organizou, por ocasião de conferências, simpósios ou seminários, sessões de apresentação e acompanhamento individual ou colectivo de projectos representados nessas manifestações (cf. seminário de Veldhoven sobre projectos da Acção IB, em 1991, de Perpignan sobre projectos da Acção III, em 1992, bem como duas manifestações programadas

para o início de 1993: Londres, sobre projectos das acções III e VB, em Janeiro, e Veneza, sobre os projectos da Acção IV, em Fevereiro).

. perspectivas para 1993

Atendendo à curta vida do programa os projectos estavam ainda, em 1992, pouco avançados e não permitiam, nem justificavam, um acompanhamento intensivo. Em 1993, o número de projectos mais avançados será todavia muito mais importante; a Comissão propõe-se, assim, assegurar o acompanhamento e o controlo de, pelo menos, 10% de todos os projectos em curso, bem como dos que considere necessitarem de uma atenção particular e justificarem uma verificação precisa das suas actividades e despesas (auditoria do conteúdo e auditoria financeira).

A partir do final de 1992, a Comissão solicitou, por carta enviada a cada coordenador de projecto da acção centralizada em curso, que os calendários das reuniões com as associações lhes sejam enviados, indicando, em particular, as sessões de avaliação colectiva do trabalho realizado. Tal permitirá à Comissão estabelecer o seu próprio calendário de intervenção, a nível do acompanhamento individual dos projectos, em função das questões mais importantes no âmbito das actividades das associações.

No âmbito do acompanhamento e do controlo dos projectos, cabe igualmente à Comissão assegurar que os produtos didácticos realizados, graças à intervenção do Programa LINGUA, que começarão a ser lançados no mercado em 1993, respeitem a descrição feita na candidatura inicial ou nos diferentes relatórios intercalares dos trabalhos; deve igualmente velar por uma ampla divulgação desses produtos.

4.1.2. Avaliação interna do programa

Para além da avaliação externa (ver 4.2. infra) que traça, para um período determinado, o balanço das actividades geradas pelo Programa LINGUA e fornece elementos de informação sobre a forma como essas actividades são produzidas, a Comissão procede, pela sua parte, a uma avaliação interna permanente do Programa e da sua incidência nos Estados-membros, graças a diferentes meios à sua disposição:

. reuniões do comité LINGUA e das agências nacionais – cada reunião contribui para dar à Comissão informações preciosas e pertinentes sobre o funcionamento do programa e, particularmente, sobre o das acções descentralizadas, fornecidas pelos seus responsáveis a nível nacional; essas informações são exaradas em acta;

. grupos de trabalho temáticos – esses grupos permitem, designadamente, a especialistas informar a Comissão sobre a evolução de este ou aquele aspecto do programa; também estas informações são exaradas em acta.

. questionários sobre as acções descentralizadas do programa – a Comissão elaborou, com as agências nacionais, questionários destinados aos participantes das Acções IA e IV; esses questionários foram distribuídos aos participantes pelas Agências Nacionais até Outubro de 1992; as Agências asseguraram igualmente a centralização dos questionários preenchidos. As respostas a esses milhares de questionários serão tratadas e analisadas durante o primeiro semestre de 1993, sendo posteriormente elaborada uma síntese dos resultados.

. visitas da Comissão às Agências Nacionais de certos Estados-membros.

4.2. Avaliação externa

Em 1992, a Comissão lançou um concurso relativo à avaliação externa do programa, das suas estruturas e incidências nos doze Estados-membros. Esse concurso foi adjudicado a uma empresa que realizará essa avaliação em duas fases.

A primeira fase da avaliação incidirá essencialmente na eficácia dos métodos de gestão e de coordenação, nas estruturas e nos processos criados para a execução do Programa na Comunidade e nos Estados-membros participantes. Versará igualmente sobre uma avaliação preliminar do Programa.

A segunda fase estudará circunstanciadamente a eficácia global do Programa do ponto de vista da sua concepção e de cada domínio abrangido pelas diferentes acções.

A versão final do relatório estará disponível em Novembro de 1993.

A Acção II do Programa relativa aos Programas Interuniversitários de Cooperação foi objecto de uma avaliação separada.

Os elementos fornecidos pela primeira parte do estudo demonstram já que o Programa tem sido acolhido com entusiasmo pelos Estados-membros e que esse entusiasmo é partilhado por todos os operadores do Programa.

Se os utilizadores saúdam amiúde a generalidade das iniciativas adoptadas no interior do Programa LINGUA e apreciam, em particular, os montantes financeiros que, embora respeitando as prescrições da Decisão e situando-se, muito frequentemente, abaixo delas, permitem geralmente às associações e aos indivíduos trabalhar em boas condições, todos os intervenientes no programa concordam em afirmar que as verbas atribuídas pelo Programa LINGUA não substituem os fundos que os Estados-membros devem investir na promoção das línguas e que, de facto, contribuem para o financiamento de actividades que, de outra forma, não veriam a luz; a mais valia comunitária é evidente e traduz, paralelamente ao grande efeito multiplicador da maioria das Acções e dos projectos lançados no âmbito do Programa, uma boa relação custo-benefício.

5. INFORMAÇÃO E PROMOÇÃO

A responsabilidade da difusão da informação e da promoção do Programa a nível nacional deveria, essencial e prioritariamente, incumbir às estruturas do Programa LINGUA criadas em cada Estado-membro, porquanto estão mais directamente em contacto com os utilizadores do Programa nomeadamente professores, estudantes, alunos ou a multiplicidade de instituições a que o Programa se destina; essas estruturas nacionais pretendem, aliás, na maioria, uma maior descentralização da informação.

No entanto, pese embora a importância capital do papel desempenhado pelas agências e apesar de estas estarem melhor colocadas para realizar um trabalho eficaz de informação e promoção do programa nos respectivos países, na maioria dos casos, a modéstia dos meios, em termos de recursos humanos e financeiros, colocados à sua disposição pelos Estados-membros impediram-nas de lançar-se em acções de grande envergadura. Convém todavia não obscurecer o quadro nem proceder a generalizações abusivas pois, a despeito da exiguidade dos meios disponíveis (que deu azo a um impacto das acções lançadas mais discreto e menos notado do que o teria sido face a estruturas mais sólidas) e da grande diversidade das situações, das estratégias e das realizações de um Estado-membro para outro, a visibilidade do Programa foi mesmo assim assegurada de muitas formas: reuniões organizadas pelas Agências Nacionais, participação dessas mesmas agências em reuniões ou manifestações organizadas por outras instituições, produção de material de informação complementar, edição de órgãos de ligação pontuais ou regulares (do tipo "Lettre LINGUA"), etc:

A Comissão, pela sua parte, prosseguiu o seu trabalho de informação e de promoção a dois níveis:

. por um lado, a continuação da cooperação com as Agências Nacionais no sentido de contribuir para definir e estabelecer uma estratégia coerente, realista e eficaz da informação a levar a cabo em cada Estado-membro;

. por outro, a prossecução dos seus próprios objectivos, por meio da organização ou da presença em múltiplas manifestações (salões de línguas, salões do estudante, exposições, colóquios, simpósios, etc.), de publicações diversas (Guia do candidato - edição de 1992, compêndio dos projectos aceites em 1991, preparação do compêndio dos projectos aceites em 1992, actas do simpósio de Veldhoven, preparação das actas do seminário de Perpignan, cartazes e brochuras diversas, edição e difusão de uma compilação de recortes de imprensa sobre o ensino e a aprendizagem das línguas e, mais particularmente, o Programa LINGUA, preparação de uma pasta a pôr à disposição dos responsáveis pela promoção do Programa, etc.) e dos progressos no estabelecimento da rede de correio electrónico e das bases de dados de consulta à distância, conhecida por "EUROKOM"; esta rede liga já a maioria das Agências Nacionais e permitirá, a partir do início de 1993, a consulta directa dos resultados das diferentes fases de selecção dos projectos no âmbito das acções centralizadas, bem como a consulta à distância do compêndio dos projectos LINGUA, isto é, de todos os projectos em curso.

A Comissão prosseguiu igualmente o seu trabalho de definição e de estabelecimento de uma estratégia em favor de uma acção concertada em matéria de informação e de promoção; esta acção afecta todos os programas comunitários geridos pela Task Force, entre os quais, obviamente, o Programa LINGUA.

CONCLUSÃO

Mais valia do programa

Em 1992, a Comissão elaborou um relatório sobre a avaliação dos resultados e das realizações do programa comunitário de educação e de formação (1986-1992).

Quanto ao Programa LINGUA, ressalta desse relatório que o programa contribui efectivamente para conferir mais valia aos seguintes sectores:

- . transferência transnacional de saber-fazer e de especialização (a nível da formação contínua dos professores de línguas, das visitas e dos intercâmbios de jovens, das técnicas de didáctica das línguas em geral e da utilização das novas tecnologias educativas);
- . criação de estruturas originais para consolidar a formação europeia em matéria de didáctica das línguas (a nível das associações criadas);
- . contribuição para a promoção do mercado europeu das qualificações e da formação (a nível da reflexão e dos projectos relativos à certificação em línguas e à validação dos acervos linguísticos, bem como do estabelecimento de programas de formação);
- . valorização de outras políticas e iniciativas comunitárias (por meio da contribuição dada para a promoção de uma Comunidade multilingue e multicultural);
- . melhoria da competitividade europeia (pelo reforço da competência linguística dos cidadãos e, consequentemente, da sua capacidade de comunicar e de trabalhar em conjunto);
- . coesão económica e social (permitindo aos cidadãos exercer a sua mobilidade profissional com eficácia, contribuindo, assim, para promover a igualdade de oportunidades e velando pela repartição equitativa dos fundos comunitários consagrados ao conhecimentos das línguas estrangeiras);
- . promoção da cidadania europeia (através da ajuda dada aos cidadãos em termos de aprendizagem e de conhecimento de várias línguas comunitárias, bem como das acções de mobilidade);
- . mobilidade acrescida nos meios da educação e da formação (não só a nível das acções de mobilidade próprias ao Programa, mas também pela contribuição dada à preparação linguística dos participantes noutros programas de formação a nível comunitário).

O Programa contribui igualmente para introduzir mais valia nos domínios de uma educação e de uma formação de melhor qualidade, bem como para a convergência dos sistemas de formação linguística na via de uma maior eficácia. Assegura, ainda, uma excelente sinergia financeira e uma boa relação custo-benefício.

O impacto global do Programa LINGUA em termos de mais valia foi mais marcado em 1992, uma vez que o Programa progrediu em quase todos os domínios. 1992 foi efectivamente um ano de evolução positiva, um ano de melhoria quase generalizada.

Aspecto quantitativo

Foi referido que, quantitativamente, o número de professores que beneficiou de bolsas comunitárias decuplicou relativamente ao ano anterior; os jovens participantes em Projectos Educativos Conjuntos totalizaram o quádruplo; as associações criadas e o número de instituições participantes nas acções centralizadas do programa aumentaram para mais do dobro; os Programas Interuniversitários de Cooperação aumentaram 40%. Esta lista poderia alongar-se com os números indicados no capítulo "Desenvolvimento" do presente relatório. Mas a evolução e a melhoria não se limitaram aos aspectos quantitativos.

Aspecto qualitativo

Qualitativamente o programa, em 1992, deu igualmente grandes passos em frente em quase todas as actividades.

Ao nível da formação contínua dos professores de línguas estes foram, na globalidade, mais selectivos na escolha das instituições onde seguiram a sua formação; em particular, os estágios efectuados no âmbito de Programas Europeus de Cooperação, criados ao abrigo do Programa LINGUA, permitiram dar respostas mais originais e mais orientadas para as necessidades de formação e constituíram, na generalidade, uma abordagem mais bem adaptada aos utilizadores.

Quanto aos Projectos Educativos Conjuntos, os conteúdos pedagógicos melhoraram consideravelmente relativamente a 1991 e a natureza dos projectos orientava-se mais especificamente para os imperativos do Programa LINGUA do que no ano anterior; a dimensão linguística foi, em particular, integrada de modo muito mais claro e muito mais satisfatório na maioria dos programas de trabalho. Verificou-se igualmente uma evolução sensível para fases de preparação dos projectos, antes das visitas ou dos intercâmbios, mais longas e mais completas.

Os Programas Interuniversitários de Cooperação, pela sua parte, deram um contributo mais marcado em 1992 ao desenvolvimento e à promoção das línguas menos divulgadas e menos ensinadas da Comunidade no ensino superior e permitiram uma maior e uma melhor integração das línguas nos programas universitários não linguísticos; grande número desses programas dirigem-se claramente a futuros professores de línguas, tendo sido melhorados o valor e a pertinência da mobilidade dos estudantes, bem como o seu impacto a maior prazo.

Para os projectos orientados para o desenvolvimento de materiais destinados ao ensino e à aprendizagem das línguas na vida económica e na sociedade em geral, 1992 assistiu igualmente a um progresso qualitativo. As associações não só foram mais numerosas, mas também mais amplas assegurando, assim, uma melhor complementaridade transnacional e técnica. Os próprios projectos eram mais orientados, abrangendo sectores ou públicos ainda não considerados ou pouco considerados. Quanto à integração das novas tecnologias educativas num número sempre crescente de projectos, para além de melhorar a eficácia, confere, antes de mais, maior flexibilidade à utilização dos produtos e permite uma divulgação muito maior.

É, portanto, manifesto que os resultados de 1992 são, globalmente, muito encorajantes; mas, paralelamente a esta evolução satisfatória do programa, subsistem ainda determinados problemas em sectores muito precisos.

Áreas obscuras

No que diz respeito ao conteúdo do programa propriamente dito, a quantidade e a qualidade dos projectos apresentados por associações no âmbito do contributo que podem dar à promoção dos objectivos do Programa LINGUA (acção VA), bem como as candidaturas a visitas de estudo ou a visitas preparatórias de Programas Europeus de Cooperação ou de projectos relativos às línguas na vida económica, continuam a colocar problemas. Os poucos projectos financiados em 1992 revestiam-se de interesse e apresentavam qualidade adequada, embora o seu número tivesse permanecido insuficiente. A Comissão e os Estados-membros, conscientes do problema, procuram soluções e apresentarão, em 1993, propostas relativas aos meios de acção necessários para dinamizar esses dois sectores.

Num plano mais geral, não obstante a situação ter melhorado desde 1991, convém colocar o acento tónico em quatro questões.

Estas referem-se, por um lado, às agências nacionais, frequentemente mal enquadradas; tendo em conta a importância do papel que desempenham para o bom funcionamento e a promoção do programa, seria desejável que certos Estados-membros envidassem esforços mais significativos em termos de recursos humanos e financeiros.

Referem-se, por outro, ao problema da substituição dos professores nos respectivos estabelecimentos de ensino, quando estes pretendem efectuar um estágio de formação contínua durante o ano lectivo. Estando essas substituições raramente previstas nos orçamentos institucionais, os professores viram-se mais uma vez obrigados a seguir a sua formação durante os períodos de férias.

Referem-se ainda aos Projectos Educativos Conjuntos que poderiam ter sido mais integrados nos programas e, consequentemente, gerar visitas ou intercâmbios durante os períodos lectivos libertando os períodos de férias dos jovens; psicologicamente, esta maior integração só poderá ser benéfica aos projectos que seriam, assim, verdadeiramente considerados pelos participantes como uma actividade com tanta importância e gozando do mesmo estatuto das actividades pedagógicas habituais.

Referem-se, por último, à promoção do Programa junto de certas categorias de beneficiários potenciais pouco ou mal informados, podendo estas categorias variar de um país para o outro e abranger, num Estado-membro, um ou vários públicos-alvo negligenciados ou difíceis de atingir, e noutro, este ou aquele sector ou região económica carecidos de ajuda mais específica.

Prioridades da Comissão em 1993

A Comissão e os Estados-membros tudo farão, em 1993, para que sejam resolvidos os problemas agora apontados, bem como os enunciados para a promoção dos projectos da Acção VA e das visitas preparatórias; a Comissão velará, em particular, por uma maior eficácia nas suas abordagens e na gestão do programa; pela sua parte, os Estados-membros deverão tomar todas as medidas que, a esse nível, facilitem a realização do Programa, no respeito do princípio de subsidiariedade.

A Comissão e os Estados-membros procurarão igualmente consolidar em 1993 todos os pontos positivos registados em 1992.

Nesse espírito, cabe-lhes contribuir para o desenvolvimento e a divulgação de todas as actividades do Programa e aumentar a necessária articulação entre as diferentes acções, bem como simplificar os processos de candidatura e de selecção dos projectos e conferir ainda maior transparência à gestão do Programa; compete-lhes igualmente fortalecer a cooperação entre as Agências Nacionais; cumpre, por último, à Comissão empenhar-se no desenvolvimento da cooperação com os Estados-membros para que o impacto do Programa LINGUA seja tão amplo e tão eficaz quanto possível.

ANEXOS

SÍNTESE ESTATÍSTICA

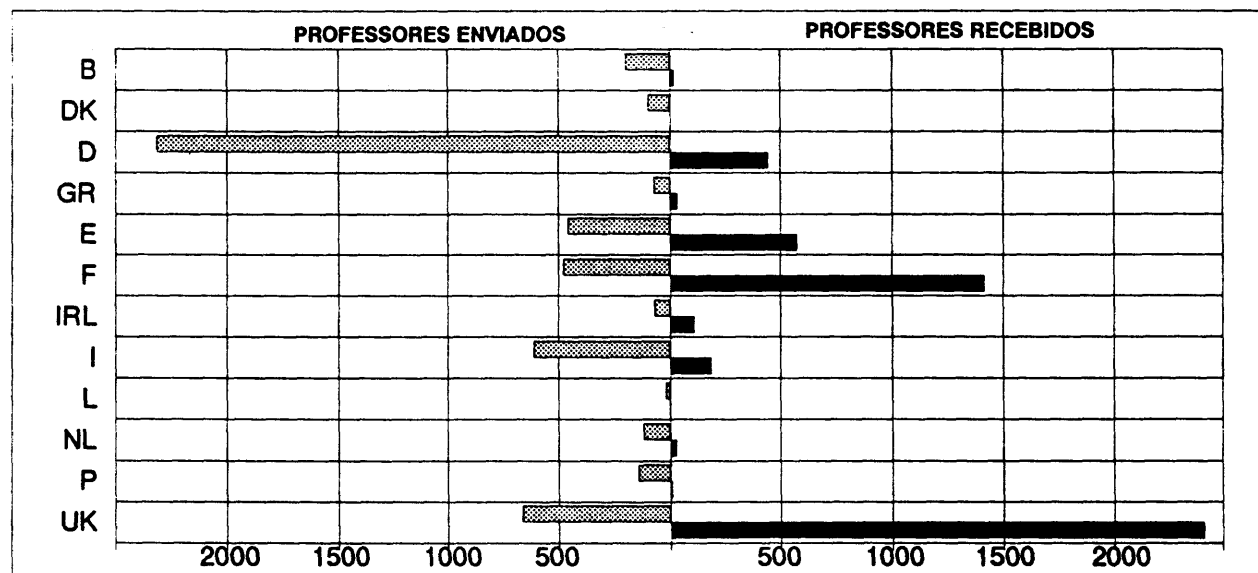
1992

- . Os anexos 1 a 4 dizem respeito às Acções descentralizadas IA e IV
- . Os anexos 5 à 11 dizem respeito às Acções centralizadas IB, III, V e às visitas preparatórias
- . O anexo 12 diz respeito à Acção II

ANEXO 1 - ACÇÃO IA - MOBILIDADE DOS PROFESSORES POR ESTADO-MEMBRO

		PAIS DE ACOLHIMENTO																				
		Bfr	Bvl	DK	D	GR	E	F	IRL	I	L	NL	P	UK	TOTAL	%		Posição				
P A Í S	Bfr						5		3			26		32	66		1.26					
	Bvl				45	3	5	37	1	2			2	41	136	202	2.59	3.84	6			
	DK				19		25	15		1				38	98		1.86		9			
	D	4	2	2		1	228	645	42	131			1	1256	2312		43.98		1			
	GR				1			49						23	73		1.39		10			
D E	E	5		2	19	13	22	101	14	4	1	1	1	277	460		8.75		5			
	F				109	13	78		14	15		2	1	248	480		9.13		4			
	IRL				17		16	30		9					72		1.37		11			
O R I G E M	I				43		9	145	39					377	613		11.66		3			
	L				1			13		2				3	19		0.36		12			
	NL				18	2	11	26		1				63	121		2.30		8			
	P				24			61	1					58	144		2.74		7			
	UK	10			151	3	178	294		24			3		663		12.61		2			
		19	2																			
Total		21		4	447	35	577	1416	114	189	1	29	8	2416	5257	100						
		0.36		0.04																		
%		0.40		0.08	8.5	0.67	11	26.9	2.17	3.6	0.02	0.55	0.15	46	100							
Posição		9		11	4	7	3	2	6	5	12	8	10	1								
		B		DK	D	GR	E	F	IRL	I	L	NL	P	UK								
		PAIS DE ACOLHIMENTO																				

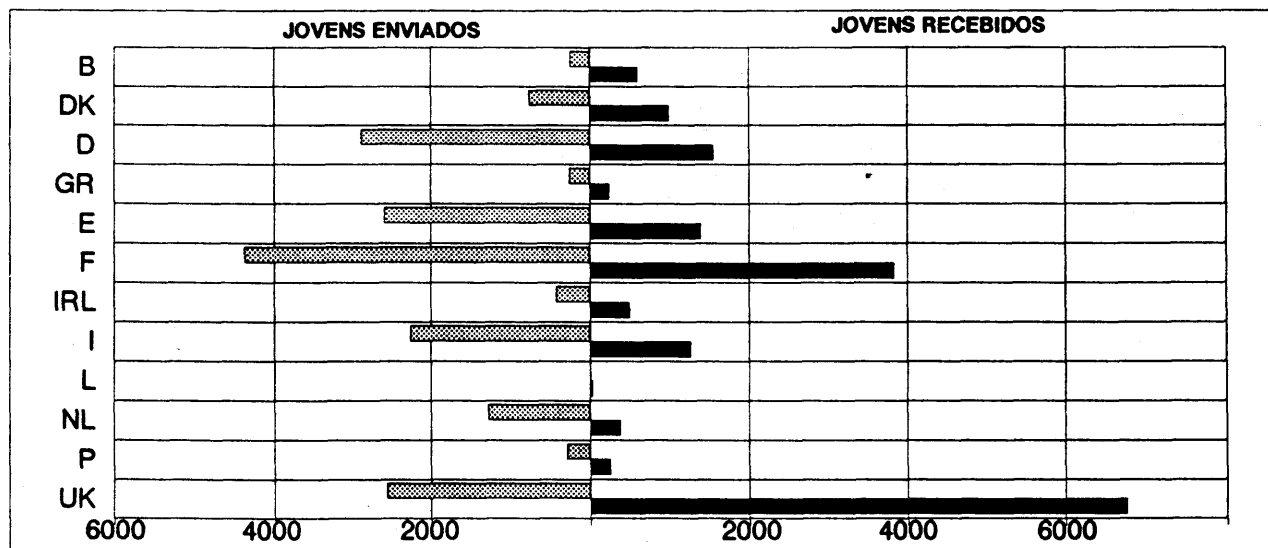
ANEXO 2 – ACCÇÃO IA – FLUXOS DE ENTRADAS E SAÍDAS POR ESTADO-MEMBRO



ANEXO 3 - ACÇÃO IV - MOBILIDADE DOS JOVENS POR ESTADO-MEMBRO

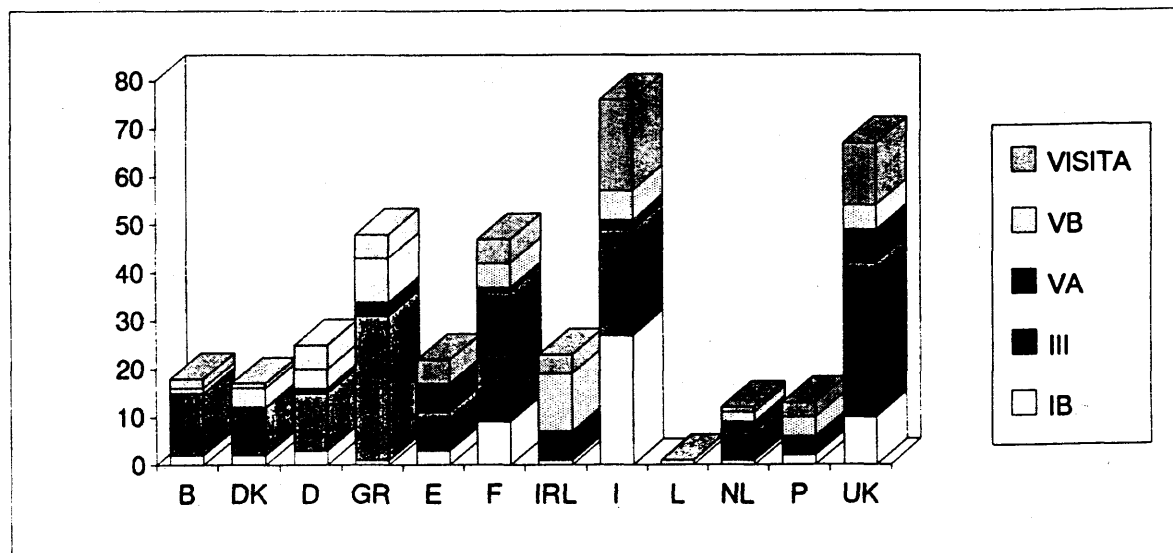
		PAÍS DE ACOLHIMENTO													TOTAL		%		Posição		
P A Í S D E O R I G E M	Bfr	Bvl	DK	D	GR	E	F	IRL	I	L	NL	P	UK						Bfr	P	
	Bfr							12			10		97	119		0.67			Bfr	P A Í S D E O R I G E M	
	Bvl						9	14	64				38	125	244	0.70	1.36	11	Bvl		
	DK			27		57	149	21	130		32		340	756		4.23		7	DK		
	D	68	56	160		84	258	600	141	123		46	56	1292	2884	16.12		2	D		
	GR			45				45		67			40	53	250	1.40		10	GR		
	E	89	42	95	196	61		764		148		26	20	1148	2589	14.47		3	E		
	F		54	144	468	36	630	18	126	342	18		72	2466	4374	24.45		1	F		
	IRL	34	17		57		25	222		60					415	2.32		8	IRL		
	I	21	20	215	153	15	76	717	47			123	23	850	2260	12.63		5	I		
	L														0	0.00		12	L		
	NL	75		66	192		107	193		209				429	1271	7.10		6	NL		
	P			39	16	16	131				20			64	286	1.60		9	P		
	UK	131		279	431	39	235	985	140	132		148	42		2562	14.32		4	UK		
	418	189																			
Total	607		1004	1563	251	1404	3833	501	1275	38	385	253	6777	17891		100					
%	2.34 1.06																				
%	3.39		5.61	8.74	1.4	7.85	21.4	2.8	7.13	0.21	2.15	1.41	37.9	100							
Posição	7		6	3	11	4	2	8	5	12	9	10	1								
	B		DK	D	GR	E	F	IRL	I	L	NL	P	UK								
PAÍS DE ACOLHIMENTO																					

ANEXO 4 - ACÇÃO IV - FLUXOS DE ENTRADAS E SADAS POR ESTADO- MEMBRO

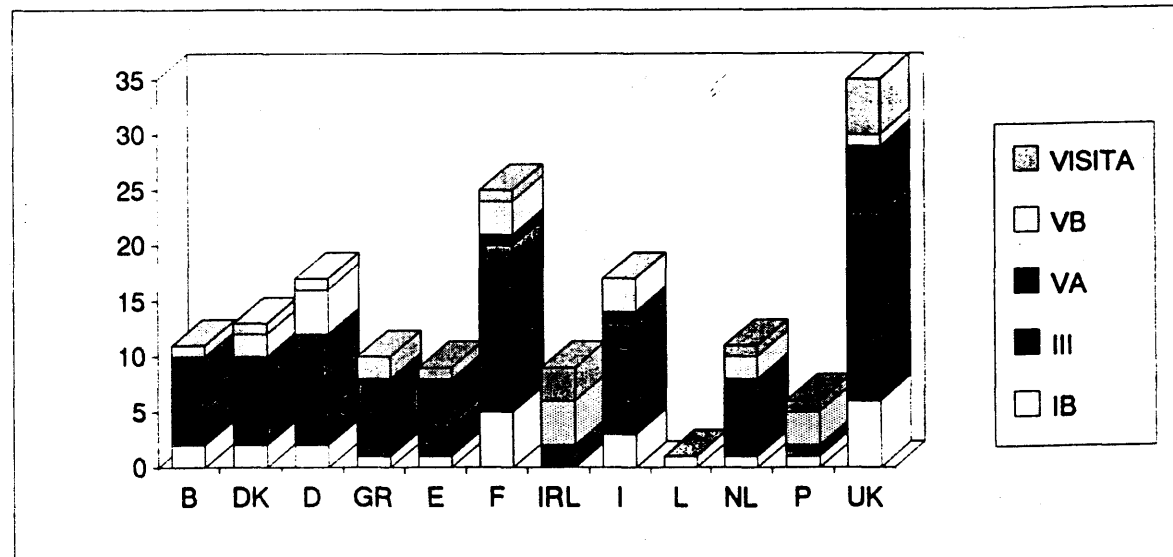


ANEXO 5 - ACÇÕES CENTRALIZADAS - PROJECTOS RECEBIDOS E ACEITES EM 1992 POR ESTADO-MEMBRO

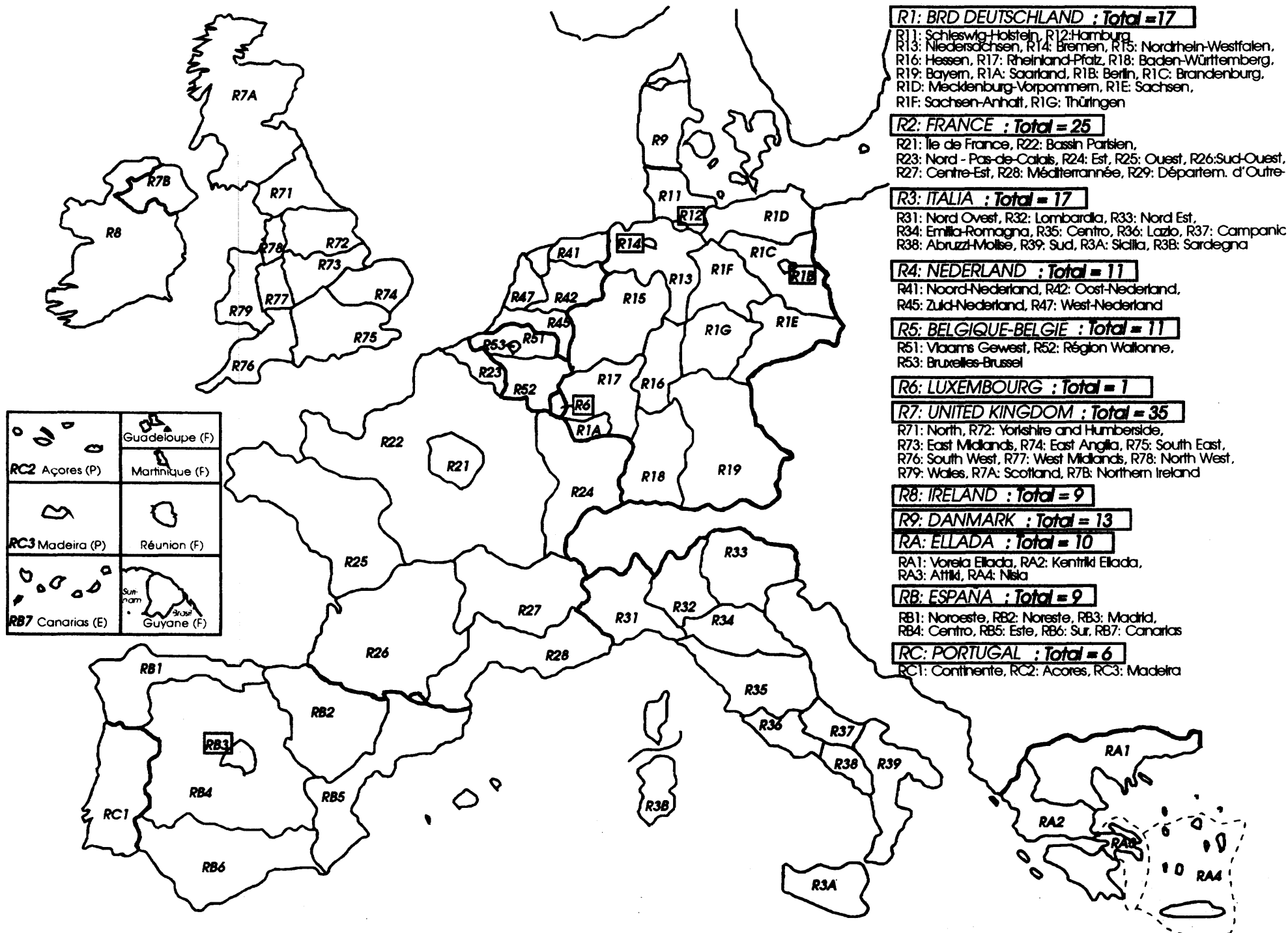
ESTADO	PROJECTOS RECEBIDOS					TOTAL
	IB	III	VA	VB	VISITA	
B	2	13	0	1	2	18
DK	2	10	0	4	1	17
D	3	12	1	4	5	25
GR	1	30	3	9	5	48
E	3	8	6	0	5	22
F	9	27	1	5	5	47
IRL	1	6	0	12	4	23
I	27	22	2	6	19	76
L	1	0	0	0	0	1
NL	1	6	2	2	1	12
P	2	4	0	4	3	13
UK	10	32	7	5	13	67
TOTAL	62	170	22	52	63	369



ESTADO	PROJECTOS ACEITES					TOTAL
	IB	III	VA	VB	VISITA	
B	2	8	0	1	0	11
DK	2	8	0	2	1	13
D	2	10	0	4	1	17
GR	1	7	0	0	2	10
E	1	3	4	0	1	9
F	5	15	1	3	1	25
IRL	0	2	0	4	3	9
I	3	10	1	3	0	17
L	1	0	0	0	0	1
NL	1	5	2	2	1	11
P	1	1	0	3	1	6
UK	6	17	6	1	5	35
TOTAL	25	86	14	23	16	164

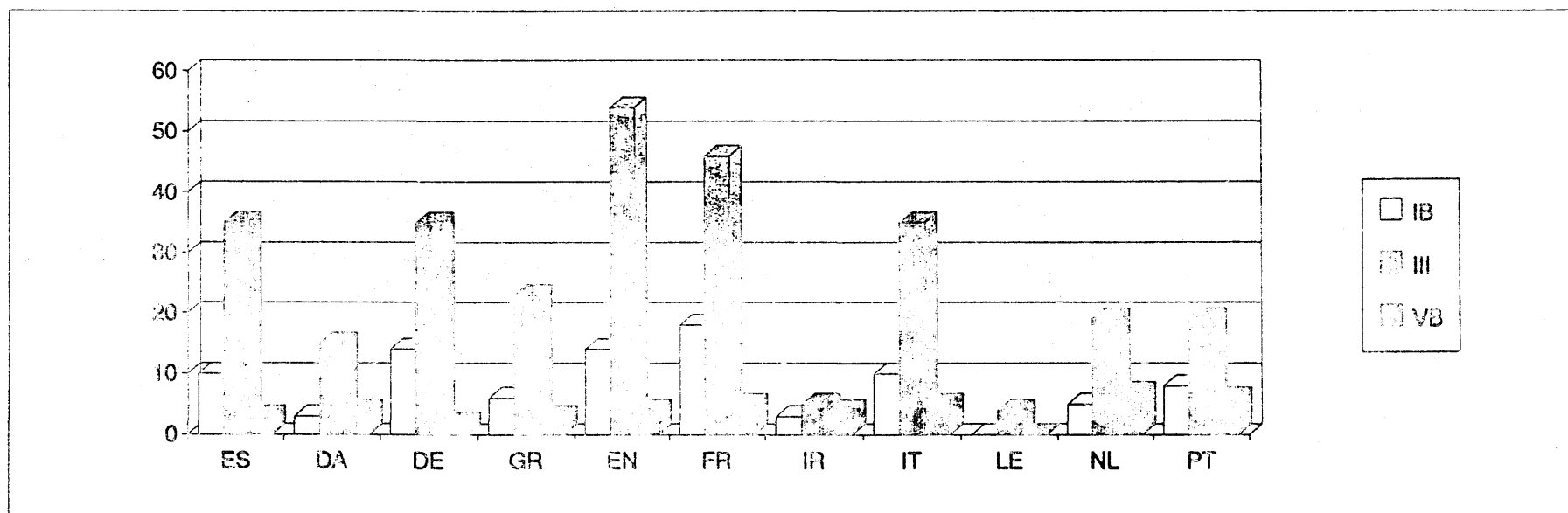
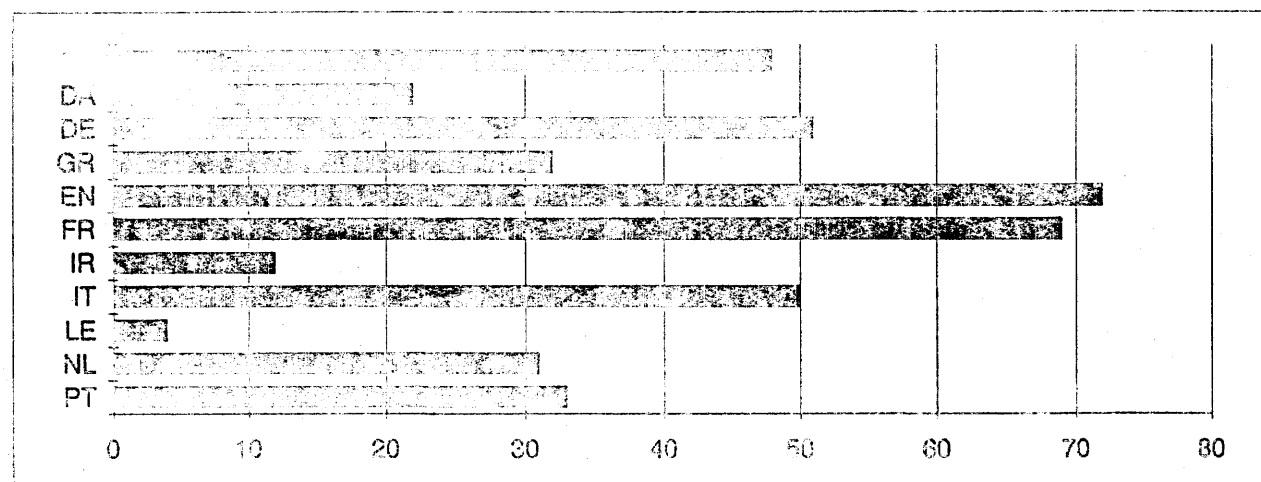


ANEXO 6 - ACÇÕES CENTRALIZADAS - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PROJECTOS EM 1992



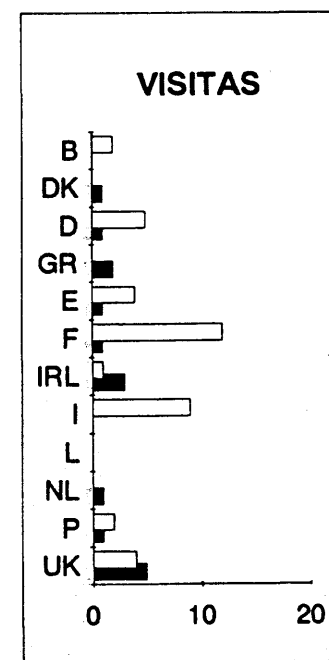
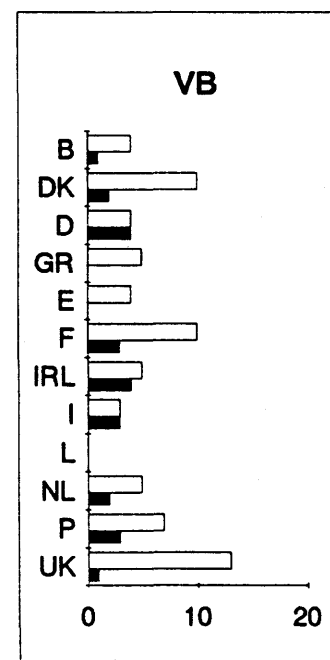
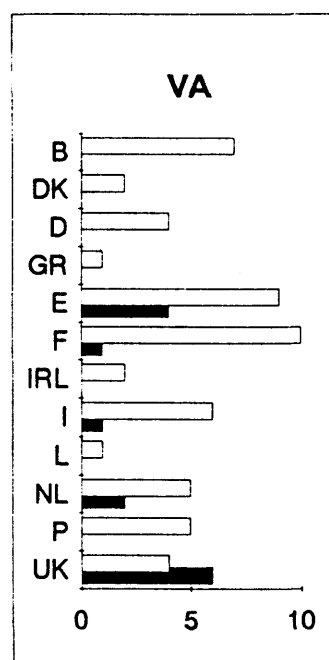
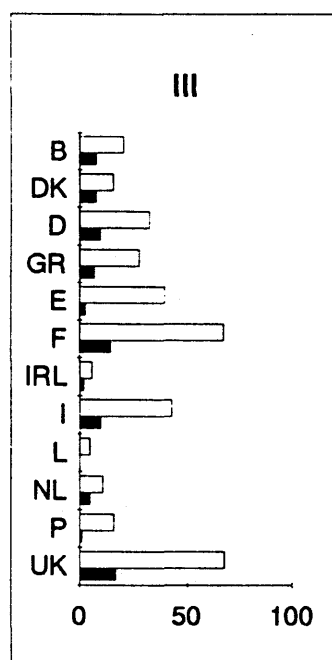
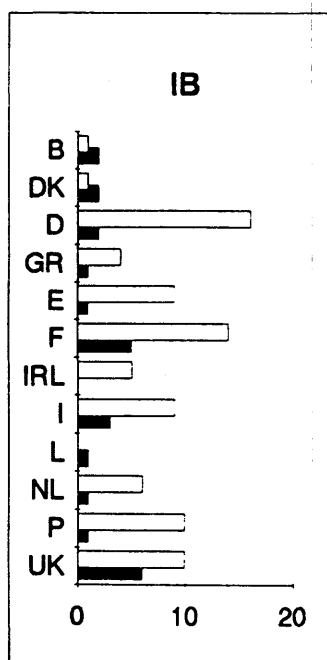
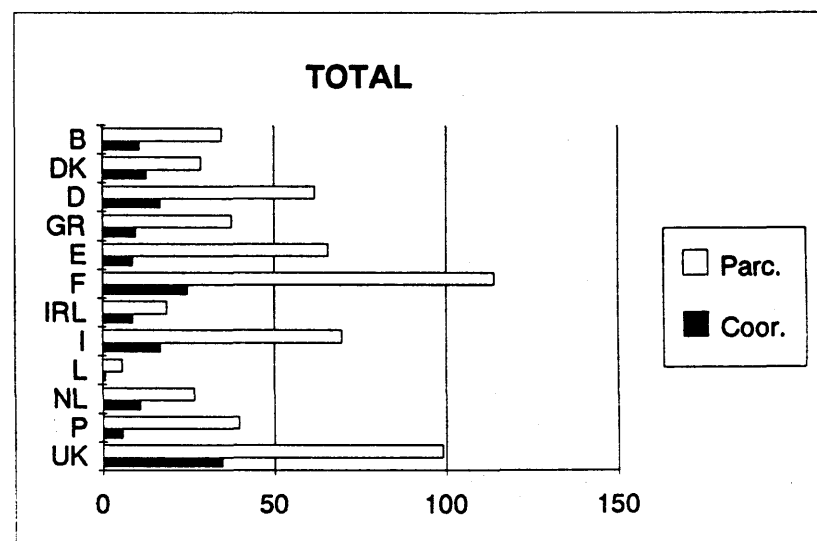
ANEXO 7 - AÇÕES CENTRALIZADAS - PROJECTOS ACEITES EM 1992 - DISTRIBUIÇÃO POR LÍNGUA ALVO

Língua	ACÇÃO			TOTAL
	IB	III	VB	
ES	10	35	3	48
DA	3	15	4	22
DE	14	35	2	51
GR	6	23	3	32
EN	14	54	4	72
FR	18	46	5	69
IR	3	5	4	12
IT	10	35	5	50
LE		4		4
NL	5	19	7	31
PT	8	19	6	33

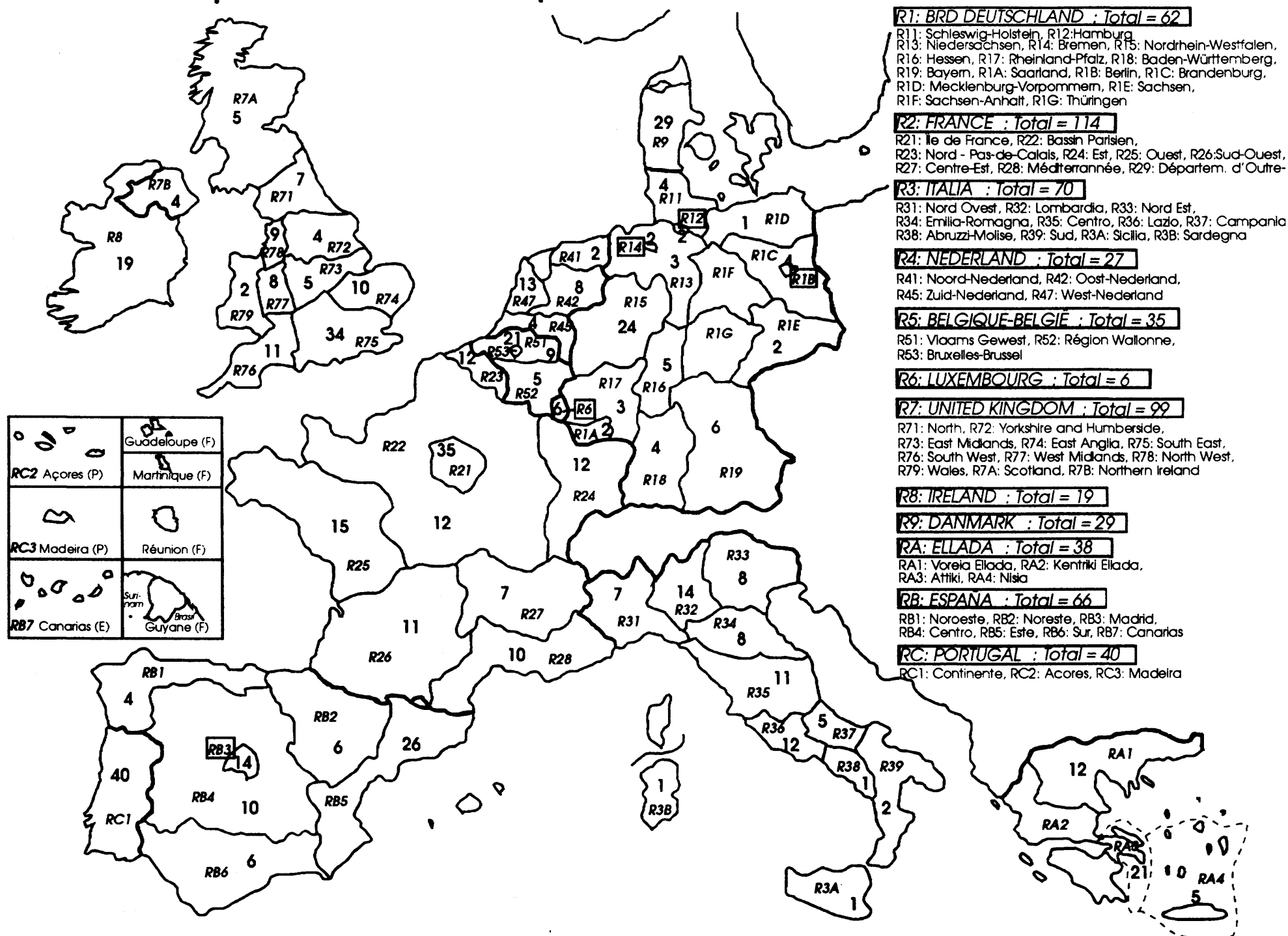


ANEXO 8 - ACÇÕES CENTRALIZADAS - PROJECTOS ACEITES EM 1992 - NÚMERO DE COORDENADORES E PARCEIROS POR ESTADO-MEMBRO

Estado	IB		III		VA		VB		Vis.		Total	
	Coord.	Parc.	Coord.	Parc.	Coord.	Parc.	Coord.	Parc.	Coord.	Parc.	Coord.	Parc.
B	2	1	8	21	0	7	1	4	0	2	11	35
DK	2	1	8	16	0	2	2	10	1	0	13	29
D	2	16	10	33	0	4	4	4	1	5	17	62
GR	1	4	7	28	0	1	0	5	2	0	10	38
E	1	9	3	40	4	9	0	4	1	4	9	66
F	5	14	15	68	1	10	3	10	1	12	25	114
IRL	0	5	2	6	0	2	4	5	3	1	9	19
I	3	9	10	43	1	6	3	3	0	9	17	70
L	1	0	0	5	0	1	0	0	0	0	1	6
NL	1	6	5	11	2	5	2	5	1	0	11	27
P	1	10	1	16	0	5	3	7	1	2	6	40
UK	6	10	17	68	6	4	1	13	5	4	35	99
Total	25	85	86	355	14	56	23	70	16	39	164	605

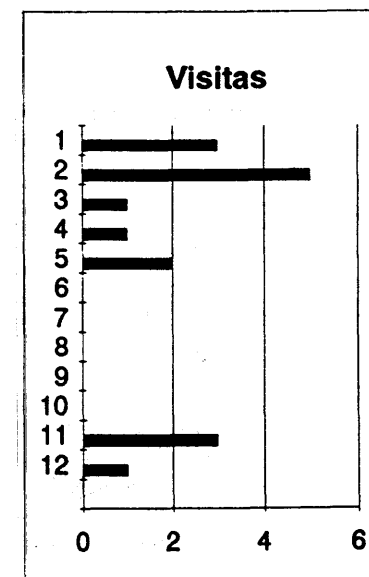
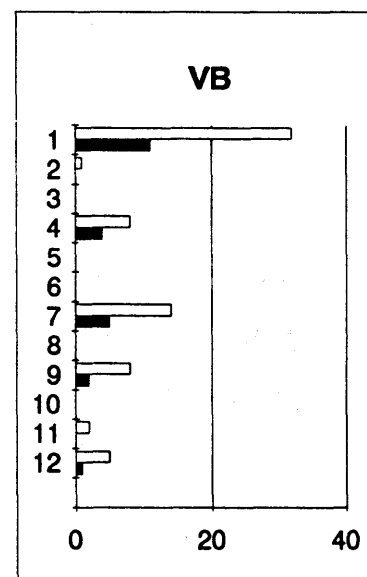
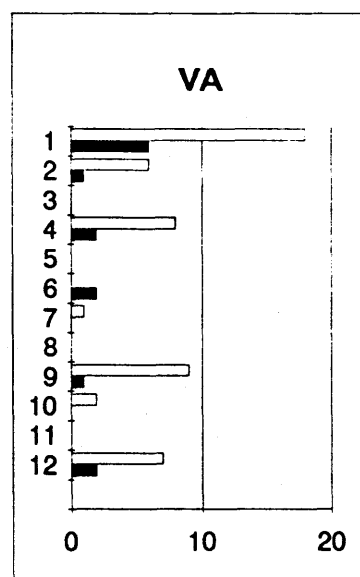
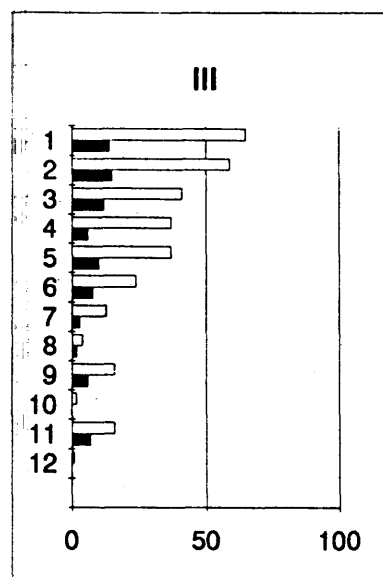
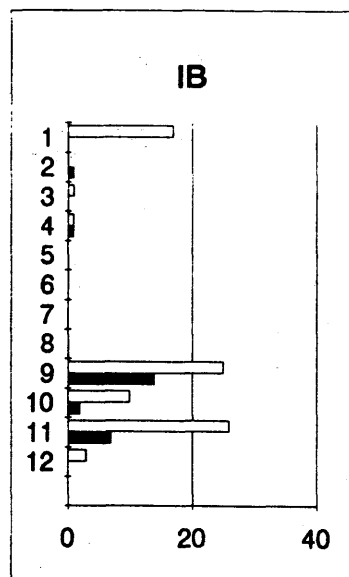
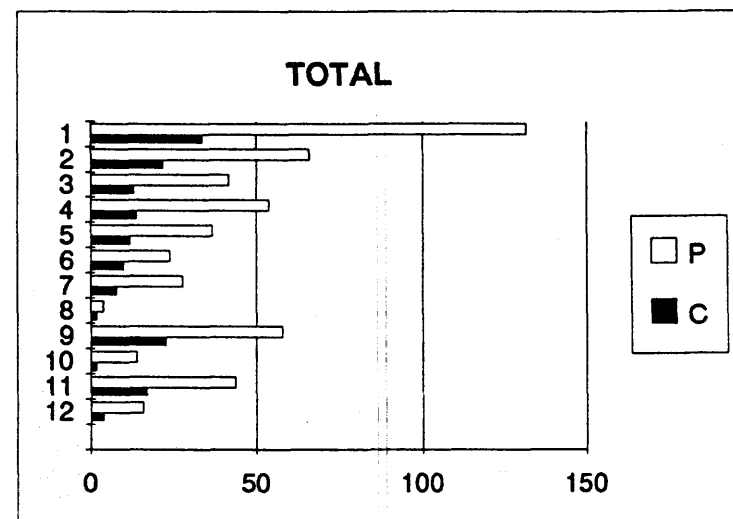


ANEXO 9 - ACÇÕES CENTRALIZADAS - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PARCEIROS EM 1992



ANEXO 10 - ACÇÕES CENTRALIZADAS _ PROJECTOS ACEITES EM 1992 - DISTRIBUIÇÃO POR TIPO DE COORDENADOR E PARCEIRO

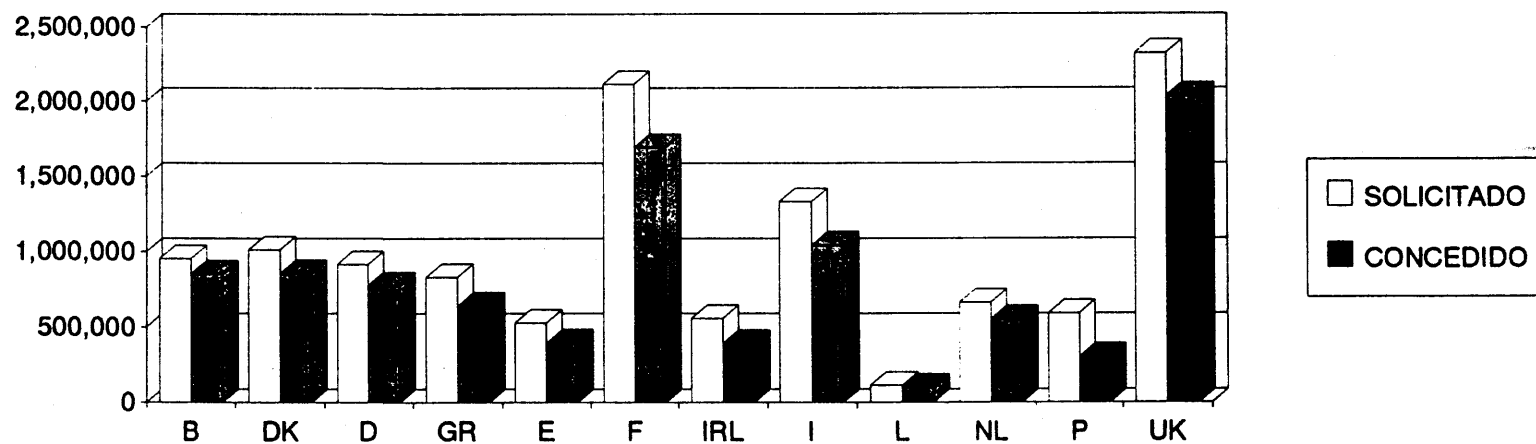
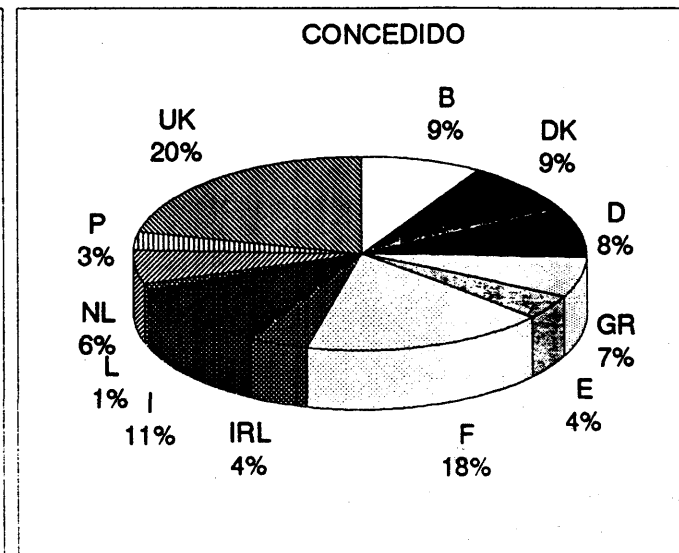
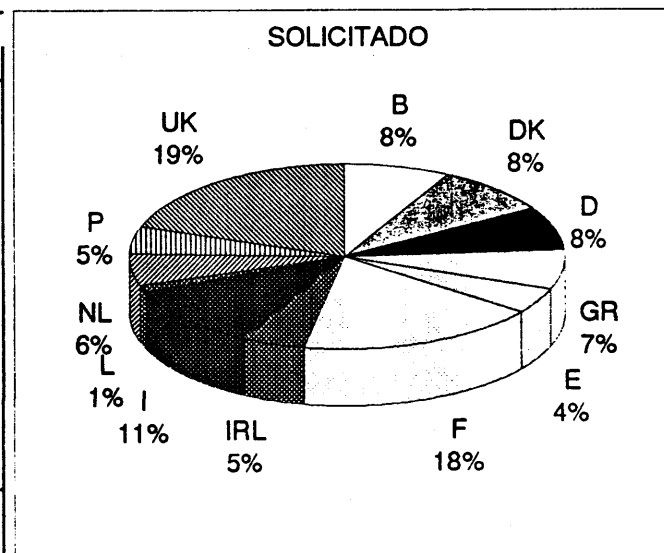
Tipo de coordenador/parceiro	IB		III		VA		VB		Visitas		Total	
	C	P	C	P	C	P	C	P	C	P	C	P
1 Universidades/institutos de investigação	0	17	14	65	6	18	11	32	3	0	34	132
2 Org. de formação inicial, cont. e para PME	1	0	15	59	1	6	0	1	5	0	22	66
3 Organizações de educação de adultos/trabalhadores	0	1	12	41	0	0	0	0	1	0	13	42
4 Outras instituições (ex.: escolas de línguas)	1	1	6	37	2	8	4	8	1	0	14	54
5 PME/Organizações de PME/CCI/Organizações sectoriais	0	0	10	37	0	0	0	0	2	0	12	37
6 Assoc. profissionais/Organizações sindicais	0	0	8	24	2	0	0	0	0	0	10	24
7 Editores e fabricantes de produtos didácticos	0	0	3	13	0	1	5	14	0	0	8	28
8 Organismos de certificação	0	0	2	4	0	0	0	0	0	0	2	4
9 Depart. ministeriais/governam./autoridades educ.	14	25	6	16	1	9	2	8	0	0	23	58
10 Institutos pedagógicos/linguísticos/de formação cont.	2	10	0	2	0	2	0	0	0	0	2	14
11 Universidades/de altos estudos/politécnicos	7	26	7	16	0	0	0	2	3	0	17	44
12 Associações/federações de professores de línguas	0	3	0	1	2	7	1	5	1	0	4	16
	25	83	83	315	14	51	23	70	16	0	161	519



Nota: 89 Instituições coordenadoras ou parceiras não pertenciam a qualquer dos tipos indicados

ANEXO 11 - ACÇÕES CENTRALIZADAS - PROJECTOS ACEITES EM 1992
MONTANTES SOLICITADOS E CONCEDIDOS POR ESTADO CONTRATANTE

ESTADO	MONTANTE SOLICITADO	MONTANTE CONCEDIDO
B	952,336	851,000
DK	1,012,789	855,400
D	915,161	777,100
GR	830,605	638,600
E	528,222	393,892
F	2,115,910	1,691,700
IRL	556,941	393,541
I	1,329,407	1,043,000
L	116,474	102,000
NL	661,973	550,500
P	591,054	302,600
UK	2,322,981	2,033,635
TOTAL	11,933,853	9,632,968



ANEXO 12 - ACÇÃO II - SÍNTESE GERAL

	Total candidaturas		% de aceltação	aceltes em 1991/92	% de aumento em 92/3	% de aceltação em 92/3
	recebidas	aceltes				
Participantes PIC	1040	972	93.46%	627	55.02%	91.00%
Programas PIC	232	211	90.95%	149	41.61%	84.18%
	Total candidaturas		% de aceltação	aceltes em 1991/92	% de aumento em 92/3	% de aceltação em 92/3
	recebidas	aceltes				
Participantes SM	1034	944	91.30%	613	54.00%	90.81%
Estudantes	7245	6724	92.81%	4180	60.86%	95.15%
Estudantes-mes	51791	48326	93.31%	28771	67.97%	95.90%
Programas SM	229	204	89.08%	144	41.67%	83.72%
Programas TS	118	58	49.15%	32	81.25%	40.00%
Programas CD	23	0	0.00%	0	0.00%	0.00%
Programas IP	16	0	0.00%	0	0.00%	0.00%
	Extensões		% de aceltação			
	recebidas	aceltes				
Participantes PIC	816	800	98.04%			
Programas PIC	165	162	98.18%			
	Actividades plurianuais		% de aceltação	Novas actividades nas extensões		
	recebidas	aceltes		recebidas	aceltes	% de aceltação
Participantes SM	801	785	98.00%	11	4	36.36%
Estudantes	5787	5697	98.44%	24	24	100.00%
Estudantes-mes	41286	40664	98.49%	144	144	100.00%
Programas SM	160	157	98.13%	3	1	33.33%
Programas TS	44	42	95.45%	53	11	20.75%
Programas CD	0	0	0.00%	20	0	0.00%
Programas IP	0	0	0.00%	10	0	0.00%
	Novas candidaturas		% de aceltação			
	recebidas	aceltes				
Participantes PIC	224	172	76.79%			
Programas PIC	67	49	73.13%			
	Novas candidaturas		% de aceltação	Novas candidaturas + novas actividades nas extensões		
	recebidas	aceltes		recebidas	aceltes	% de aceltação
Participantes SM	222	155	69.82%	233	159	68.24%
Estudantes	1434	1003	69.94%	1458	1027	70.44%
Estudantes-mes	10361	7518	72.56%	10505	7662	72.94%
Programas SM	66	46	69.70%	69	47	68.12%
Programas TS	21	5	23.81%	74	16	21.62%
Programas CD	3	0	0.00%	23	0	0.00%
Programas IP	6	0	0.00%	16	0	0.00%

Nota:

SM = Mobilidade de estudantes
 TS = Mobilidade de professores
 CD = Desenvolvimento de currículos
 IP = Programas intensivos

ISSN 0257-9553

COM(93) 194 final

DOCUMENTOS

PT

16

N.º de catálogo : CB-CO-93-221-PT-C

ISBN 92-77-55650-1
